



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

DIANA MARIA ALVES DE ARAÚJO

**PEDAGOGOS COMO PRODUTORES DE CONTEÚDOS
DIGITAIS: PROPOSTA DE *DESIGN* INSTRUCIONAL PARA
UM LIVRO DIGITAL INTERATIVO**

**JOÃO PESSOA
2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

DIANA MARIA ALVES DE ARAÚJO

**PEDAGOGOS COMO PRODUTORES DE CONTEÚDOS
DIGITAIS: PROPOSTA DE *DESIGN* INSTRUCIONAL PARA
UM LIVRO DIGITAL INTERATIVO**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Curso de Licenciatura
em Pedagogia do Centro de Educação
da Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento à exigência para obtenção
do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Lebiam
Tamar Gomes Silva

Co-Orientador: Prof. Me. Hercilio de
Medeiros Sousa

**JOÃO PESSOA
2018**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A663p Araujo, Diana Maria Alves de.

Pedagogos como Produtores de Conteúdos Digitais:
proposta de design instrucional para um livro digital
interativo / Diana Maria Alves de Araujo. - João
Pessoa, 2018.

67 f. : il.

Orientação: Lebiam Tamar Gomes Silva.

Coorientação: Hercilio de Medeiros Sousa.

Monografia (Graduação) - UFPB/Educação.

1. Design Instrucional. 2. Educação. 3. Objetos de
aprendizagem. 4. Pedagogia. 5. Tecnologias Digitais. I.
Silva, Lebiam Tamar Gomes. II. Sousa, Hercilio de
Medeiros. III. Título.

UFPB/BC

DIANA MARIA ALVES DE ARAÚJO

**PEDAGOGOS COMO PRODUTORES DE CONTEÚDOS
DIGITAIS: PROPOSTA DE *DESIGN* INSTRUCIONAL PARA
UM LIVRO DIGITAL INTERATIVO**

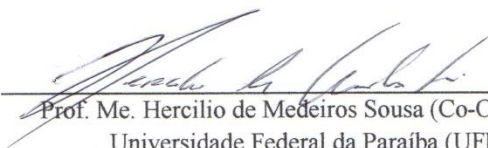
Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 19/06/18

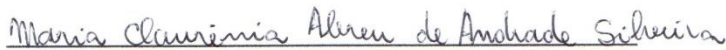
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Lebiam Tamar Gomes Silva (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof. Me. Hercilio de Medeiros Sousa (Co-Orientador)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof. Dra. Maria Claurênia Abreu de Andrade Silveira
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

A minha avó, Maria Nazaré,
por todo o apoio dado
durante minha vida
educacional, e por seu
exemplo de pedagoga.
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Este é um momento muito importante para mim. Entrego minha monografia e início uma nova etapa de vida.

Nada disso teria sido possível se não fosse a presença de Deus, que iluminou meu caminho ao longo dessa jornada. É por causa Dele que conquistei tudo o que tenho, tudo o que sou e tudo o que eu ainda irei alcançar.

Quero agradecer aos meus pais, Ana e Marcus, por seus incentivos incondicionais, que por meio deles garantiu o melhor de mim. Sem vocês eu também não conseguiria alcançar mais esse sonho. Agradeço às minhas irmãs Thamires e Larissa, pelo apoio e por suas palavras de confiança. Aos meus avós por seus carinhos e cuidados. Enfim, agradeço à minha família por todo conforto e ânimo que me deram.

A todos os meus professores, desde a educação infantil até a universidade, os meus sinceros agradecimentos por suas orientações repletas de conhecimento, sabedoria e paciência. À minha banca examinadora, pela aceitação de fazer parte dessa conclusão de curso. E em especial, quero agradecer à minha querida orientadora, Professora Dra. Lebiam, por sua rica orientação e contribuição acadêmica, por ter aceitado me orientar e sempre ter acreditado em mim e no meu potencial.

E aos meus queridos amigos, tanto aqueles que desde os tempos de escola estão ao meu lado nessa caminhada, quanto aos que tive a oportunidade de conhecer na universidade, gratidão eterna. Em especial, agradeço à minha amiga Fernanda por todo seu apoio e paciência durante nossa caminhada no curso e fora dele. E à minha querida amiga Vanessa, que o Fórum da Infância e Juventude colocou em meu caminho, muito obrigada por nossas tardes e por nossas diversas conversas que me fizeram crescer como pessoa.

Sem o apoio de todos vocês e a força que Deus me ofereceu eu hoje não estaria celebrando mais esta vitória em minha vida. A cada um, eu agradeço de coração!

“O pensamento não apenas se expressa em palavras; ele adquire existência através delas.”

Lev Vygotsky

RESUMO

A popularização das tecnologias digitais possibilitou a disseminação de livros em versão digital. Nesse sentido, um novo desafio é lançado à educação, o de reconhecer essas tecnologias como elementos significativos para os processos educacionais. Sendo assim, o estudo sobre *design* instrucional apresenta relevância no campo da Pedagogia porque ajuda o docente a analisar, discutir e estruturar a produção de conteúdos educacionais digitais que apoiem a aprendizagem dos sujeitos da cultura contemporânea. Desse modo, este trabalho propõe o desenvolvimento de um conteúdo educacional, um livro digital interativo infantil, baseado nas premissas do *design* instrucional e abordando em sua narrativa o tema transversal curricular da violência doméstica infantil. A pesquisa teve como objetivo geral compreender a aplicação dos princípios do *design* instrucional na produção de um conteúdo educacional em formato de livro digital por um profissional da educação (pedagogo). A metodologia utilizada baseia-se em uma pesquisa bibliográfica, com base nos seguintes referenciais teóricos: Almeida (2016), Almeida e Nicolau (2015), Teixeira e Gonçalves (2015), Coelho (2000), Coutinho e Lopes (2011), Tractenberg (2016), Filatro (2010), Filatro e Cairo (2015) e documentos oficiais como a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o Mapa da violência (2012). Os resultados indicam que a produção de livros digitais segundo os princípios do *design* instrucional possibilita ao pedagogo o conhecimento e a aplicação de estratégias de flexibilização e de personalização do ensino e dos materiais didáticos. Por fim, o protótipo de livro digital apresentado possui relevância educacional e social, em razão da grave realidade registrada sobre o tema da violência doméstica infantil em nosso país.

Palavras-chave: *Design* instrucional. Educação. Objetos de aprendizagem. Pedagogia. Tecnologias digitais.

ABSTRACT

The popularization of digital technologies allowed the dissemination of digital books. In this sense, a new challenge is launched to education, to recognize these technologies as significant elements for educational processes. Thus, the study on instructional design has relevance in the field of Pedagogy because it helps the teacher to understand and structure the production of digital educational contents that support the learning of the subjects of contemporary culture. Thus, this work proposes the development of an educational content, a digital interactive children's book, based on the premises of instructional design and addressing in its narrative the cross curricular theme of domestic violence in children. The objective of the research was to understand the application of the principles of instructional design in the production of an educational content in digital book format by an education professional (pedagogue). The methodology used is based on a bibliographical research, based on the following theoretical references: Almeida (2016), Almeida and Nicolau (2015), Teixeira and Gonçalves (2015), Coelho (2000), Coutinho e Lopes (2011), Tractenberg (2016), Filatro (2010), Filatro and Cairo (2015) and official documents such as the Federal Constitution (1988), the Statute of the Child and the Adolescent (1990) and the Map of Violence (2012). The results indicate that the production of digital books according to the principles of instructional design enables the pedagogue to know and apply strategies of flexibility and personalization of teaching and teaching materials. Finally, the prototype digital book presented has educational and social relevance, due to the serious reality recorded on the subject of domestic violence in our country.

Keywords: Instructional *design*. Education. Learning objects. Pedagogy. Digital technologies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Infográfico linha histórica do livro	20
Figura 2 – Infográfico características de uma narrativa digital interativa	22
Figura 3 – Infográfico características de uma narrativa infantil.....	23
Figura 4 – Infográfico relação entre a literatura, a narrativa e o livro.....	25
Figura 5 – Exemplo de livro digital interativo infantil.....	28
Figura 6 - Exemplo de livro digital interativo infantil.....	29
Figura 7 – Origem histórica do <i>Design</i> Instrucional	31
Figura 8 – Infográfico fases do <i>design</i> instrucional	39
Figura 9 – Infográfico consequências da violência física contra crianças	44
Figura 10 – Infográfico consequências da violência psicológica infantil	45
Figura 11 – Infográfico consequências da violência sexual infantil	48
Figura 12 – Capa do livro sobre violência sexual infantil.....	53
Figura 13 – Personagens do livro	56
Figura 14 – Esboço das cenas iniciais do livro.....	57
Figura 15 – Primeiras cenas do livro	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Análise dos livros digitais interativos infantis.....	29
Quadro 2 – Análise do livro digital interativo infantil proposto	37
Quadro 3 - Número e porcentagem de atendimentos, no SUS, de crianças (5 a 9 anos) por violência segundo o tipo de violência no Brasil.....	43
Quadro 4 - Número e porcentagem de atendimentos, no SUS, de crianças (5 a 9 anos) por violência segundo relação com o agressor das vítimas no Brasil.	46
Quadro 5 - Roteiro para o conteúdo do livro digital interativo infantil.....	54

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	METODOLOGIA	16
3	CONCEPÇÕES DE LIVRO: DO IMPRESSO AO DIGITAL	19
3.1	Conceitos e características do livro digital interativo infantil e sua importância na escola	21
3.2	Análise de livros digitais interativos infantis	27
4	O <i>DESIGN</i> INSTRUCIONAL APLICADO À PRODUÇÃO DE LIVROS DIGITAIS.....	31
4.1	Fases do <i>design</i> instrucional e sua aplicação na produção do livro digital interativo infantil	35
5	A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA INFANTIL.....	41
5.1	Importância de se abordar o tema da a violência infantil na escola.....	49
6	PROPOSTA DE UM LIVRO DIGITAL INTERATIVO SOBRE A VIOLÊNCIA INFANTIL.....	52
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS.....	62
	ANEXO.....	66

1 INTRODUÇÃO

O intenso processo histórico de globalização, que a sociedade atual vem passando, fez com que surgisse um novo método de se transmitir as narrativas produzidas pelos sujeitos. Desse modo, destaca-se que, o pontapé inicial para a disseminação do livro digital foi o Projeto Gutenberg, criado por Michael Hart, no ano de 1971. Tal projeto realizou o arquivamento, por meio da digitalização, de diversas obras culturais. (ALMEIDA; NICOLAU, 2013).

Atualmente, a popularização dos recursos tecnológicos possibilitou a disseminação dessa nova versão de produção de livros, a digital. Essa realidade veio com a necessidade de agrupamento, portabilidade e comodidade de poder realizar leituras de diversos livros em um único dispositivo. Mas, é importante destacar que nem todo livro digital é necessariamente interativo, pois o livro digital interativo apresenta características próprias como: engajamento, imersão, participação, responsividade e reação. Tais características nem sempre são encontradas em livros digitais, como por exemplo os livros digitalizados. (TEIXEIRA; GONÇALVES, 2015).

Além disso, os aparelhos digitais trouxeram uma ruptura tecnológica do livro impresso como o único elemento base de busca de conteúdos informacionais. Sendo assim, modificaram-se as estruturas de suporte material para a escrita e as experiências de leitura. Agora, o leitor tem um número maior de estímulos, pois o livro digital permite maior flexibilidade para relacionar mídias e interatividade em seu conteúdo, concedendo ao leitor o poder de interagir com *links*, alterar, emendar, sair de um texto, acompanhar a leitura com palavras em destaque, mudar o idioma do texto escrito e narrado, navegar de forma não linear entre objetos, personagens, sumários visuais, *games*, animações, som e vídeos. (TEIXEIRA; GONÇALVES, 2015).

Diante desse contexto de globalização, é lançado à educação um novo desafio, o de reconhecer a tecnologia como elemento significativo para os processos educacionais. Com isso, o *design* instrucional constitui-se como um campo de estudo que ajuda os profissionais de educação a compreender e estruturar os movimentos que sustentam a formação dos sujeitos. (FILATRO, 2010).

Para Andreia Filatro (2010), o *design* instrucional engloba todo o processo de criação, planejamento e execução de qualquer proposta educacional que tenha como objetivo a aprendizagem e instrução do conhecimento produzido pela humanidade.

Concordando com Filatro, Roncarelli *et. al.* (2010), o *design* instrucional pode ser compreendido também como um campo do conhecimento responsável por todos os processos de planejamento e aplicação de qualquer projeto educacional, que tenha como finalidade a aprendizagem. Para eles, “o *Design Instrucional* é o campo de conhecimento que busca aprimorar o planejamento e a aplicação dos métodos visando facilitar os processos de ensino-aprendizagem.” (RONCARELLI, *et. al.*, 2010, p. 4).

Nesse sentido, este trabalho apresenta seu caráter inovador ao propor o desenvolvimento de um conteúdo educacional, um livro digital interativo infantil, baseado nas concepções do *design* instrucional e tendo em sua narrativa o tema da violência doméstica. Através dele, pretende-se mostrar às crianças, de forma lúdica e infantil, os seus direitos a um desenvolvimento digno e saudável, assim como informar e prevenir atitudes violentas que essas crianças possam sofrer ou que já estejam sofrendo.

Sendo assim, sua relevância acadêmica e social se encontra na possibilidade de conceber e disponibilizar um livro digital interativo que possa contribuir com a educação e a informação de crianças entre os 6 e 9 anos sobre processos de violência doméstica, auxiliando-as a entender um assunto tão cruel a partir das potencialidades das narrativas digitais interativas como um recurso pedagógico, lúdico, atrativo e de qualidade para se contar histórias.

Diante disso, surge o questionamento: quais as contribuições do *design* instrucional na produção de um livro digital interativo infantil que tem como objetivo a conscientização de crianças, de 6 a 8 anos, contra a violência doméstica? Assim, esta pesquisa teve como objetivo geral compreender a aplicação dos princípios do *design* instrucional na produção de um conteúdo educacional em formato de livro digital por um profissional da educação (pedagogo). Como objetivos específicos elencamos:

- Conhecer o conceito e as características de um livro digital interativo infantil e seu papel dentro da escola;
- Identificar a importância do *design* instrucional na produção de um livro digital interativo;
- Analisar a importância de se trabalhar a violência dentro da escola;

- Apresentar os diferentes tipos de violência sofridos pelas crianças, e assim tornar esse conhecimento acessível para as próprias crianças, através do planejamento e da proposta de um livro digital interativo infantil.

Desse modo, as inquietações que fizeram surgir esta pesquisa são advindas, da participação e dos estudos desenvolvidos tanto durante a disciplina de Introdução ao *Design* Instrucional, quanto no projeto de monitoria, na disciplina de Educação e Tecnologia, como também das experiências e vivências da pesquisadora em seu estágio não-obrigatório na 1ª Vara da Infância e Juventude, do município de João Pessoa, no qual foi possível acompanhar alguns casos de violência doméstica.

Enfim, tal opção está ligada essencialmente à necessidade de compreensão das entrelinhas desse complexo processo de planejamento e de estruturação de um livro digital interativo infantil. Além de procurar buscar estratégias que revelam as diversas formas de violência sofridas pelas crianças, comunicando o tema para elas de forma lúdica e contribuindo para o desenvolvimento do processo de aquisição e efetivação para a garantia de seus direitos.

Para tanto, o texto apresentado nesta monografia apresenta a seguinte estrutura:

O primeiro capítulo apresenta uma linha histórica que vai desde o surgimento da escrita até a criação do livro digital, como também, traz as características de um livro digital interativo infantil e sua contribuição na aprendizagem das crianças dentro da escola. O capítulo seguinte expõe a aplicação do design instrucional na produção de livros. O terceiro descreve os tipos de violência doméstica e as consequências desse tipo de violência para as crianças, como também, o papel da escola na conscientização e na defesa da criança desse tipo de violência. O quarto capítulo propõe um livro digital interativo infantil, que tem como conteúdo a violência doméstica.

2 METODOLOGIA

Este trabalho de conclusão de curso é resultado de uma pesquisa bibliográfica, realizada por meio do levantamento de publicações científicas sobre a temática. Por isso, a pesquisa se realizou a partir da:

[...] busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédia, artigos, de revistas, trabalhos de congressos, teses etc.) e o respectivo fichamento das referências para que sejam posteriormente utilizadas (na identificação do material referenciado ou na bibliografia final). (MACEDO, 1994, p. 13).

Segundo Lakatos e Marconi (1992), a pesquisa bibliográfica tem como finalidade colocar o pesquisador em contato com o que foi estudado e produzido anteriormente sobre determinado conteúdo, com o objetivo de, paralelamente, conduzi-lo a análise das informações por ele obtidas.

Para Lima e Miotto (2007, p. 38) “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório.” Diante disso, utilizamos os seguintes procedimentos propostos por Salvador (1982):

- a. Encaminhamento de um projeto de pesquisa – é a escolha do assunto, a formulação do problema e das possíveis respostas a esse problema.
- b. Investigações das soluções – é o momento de coleta da documentação. Realiza-se em duas fases: coleta da bibliografia e levantamento das informações dessa bibliografia.
- c. Análise explicativa das soluções – é a fase de análise e produção crítica-reflexiva dos documentos coletados.
- d. Síntese integradora – consiste no produto final de todo esse processo de busca, análise e reflexão sobre os documentos selecionados.

A escolha do tema, a formulação do problema, as definições dos objetivos da pesquisa foram realizadas durante a produção do projeto da pesquisa. Após isso, a primeira etapa foi fazer a investigação das soluções, através do conhecimento do acervo bibliográfico. O levantamento da bibliografia foi realizado por meio de pesquisas nas plataformas digitais *Google Acadêmico*, no Portal de Periódicos Livres da CAPES e nos

Periódicos Científicos da *Scielo*, a partir das palavras-chave *design* instrucional, livro digital interativo, violência doméstica infantil, como também, de livros do acervo da biblioteca central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), além de alguns materiais indicados pelos professores orientadores do trabalho. Todas as obras foram consultadas no idioma português.

Os procedimentos metodológicos utilizados para a identificação dos dados contidos no material selecionado e sua posterior organização e categorização para a realização da análise das soluções e da síntese integradora foram realizados conforme descrito por Lima e Miotto (2007):

- a. Leitura de reconhecimento do material bibliográfico – são leituras rápidas para localizar e selecionar o material que podem ser utilizados na pesquisa.
- b. Leitura exploratória – também se caracteriza por uma leitura mais rápida, mas, com o objetivo de verificar se, de fato, as informações interessam para a pesquisa, através do manuseio das obras e da análise do sumário.
- c. Leitura seletiva – momento de determinar o material a ser utilizado na pesquisa, selecionando as informações relevantes e descartando as informações secundárias para a pesquisa.
- d. Leitura reflexiva ou crítica – estudo crítico do material selecionado, a fim de ordenar as informações para buscar as respostas aos objetivos da pesquisa.
- e. Leitura interpretativa – “implica na interpretação das ideias do autor, acompanhada de uma inter-relação destas com o propósito do pesquisador”. (LIMA; MIOTTO, 2007, p. 41).

Após a leitura de reconhecimento do material bibliográfico e a leitura exploratória do material selecionado, a segunda etapa foi fazer uma leitura seletiva dos resumos, a fim de identificar as obras que tinham relevância para este trabalho. As obras selecionadas foram:

- Almeida (2016): Livro científico. Traz estudos do livro digital como um processo hipermediático.
- Almeida e Nicolau (2013): Artigo publicado em evento científico. Analisa o livro digital como uma ideia de sustentabilidade.
- Arpini, *et. al.* (2008): Artigo publicado em revista científica. Discute a revelação e a notificação de violência infantil.

- Coelho (2000): Livro científico. Traz estudos sobre a literatura infantil.
- Coutinho e Lopes (2011): Artigo publicado na web. Discute o *design* para a educação.
- Day, *et. al.* (2003): Artigo publicado em revista científica. Traz estudos sobre a violência doméstica.
- Dessen e Polônia (2007): Artigo publicado em revista científica. Analisa a relação entre a família e a escola para o desenvolvimento humano.
- Filatro (2010): Livro científico. Integra a área de tecnologia e gestão educacional.
- Filatro e Cairo (2015): Livro científico. Fala sobre a produção de conteúdos educacionais.
- Roncarelli, *et. al.* (2010): Artigo publicado em evento científico. Discute o *design* instrucional na educação.
- Silveira, *et. al.* (2010): Artigo publicado em revista científica. Traz estudos sobre a aplicação do *design* instrucional na elaboração de materiais didáticos digitais.
- Tractenberg (2016): Curso teoria e prática do *design* instrucional.
- Teixeira e Gonçalves (2015): Artigo publicado em evento científico. Analisa livros digitais interativos infantis.

A terceira etapa foi composta pela análise das soluções para o problema formulado por este estudo, fundamentadas na leitura reflexiva do material selecionado. À medida que ocorriam as leituras, foram elaborados fichamentos de transcrição das obras, a fim de sistematizar as informações que se apresentavam relevantes para esta pesquisa. Paralelamente à leitura dos textos escolhidos, foi sendo elaborada a produção do roteiro para o livro digital interativo proposto neste trabalho.

Com a conclusão da leitura do material, da seleção e da organização das informações em fichamentos, iniciou-se uma leitura interpretativa. Desse modo, teve início a elaboração da redação desta monografia, ou seja, a síntese integradora, que analisa e discute as informações relevantes obtidas e propõe uma solução possível para o problema formulado nesta pesquisa.

3 CONCEPÇÕES DE LIVRO: DO IMPRESSO AO DIGITAL

O livro é uma tecnologia que tem como primícias a invenção da escrita pelos povos Sumérios, a aproximadamente 3.000 a.C. Com o decorrer do tempo, a escrita foi impulsionada pelo surgimento do alfabeto grego, há cerca de 700 a.C., fato que proporcionou a disseminação desse sistema fonológico. (ALMEIDA, 2016).

Durante esse processo histórico de aperfeiçoamento da escrita, até chegar ao livro impresso como conhecemos hoje, foram utilizados diferentes materiais como suporte para a escrita, a exemplo de, argila, pedra, papiro, pergaminho, entre outros. Sendo assim, é importante destacar que “[...] sempre que ocorre o surgimento de um novo suporte, emergem novos hábitos de leitura, que são desenvolvidos e aprimorados com o passar do tempo.” (ALMEIDA, 2016, p. 29). Dessa forma, a substituição do uso do pergaminho (que se iniciou a aproximadamente 190 a.C.) pelo códice ou livro costurado (Século IV), possibilitou ao livro um suporte material mais compacto e de fácil manuseio e consulta.

Mas, apesar dessas melhorias, o livro costurado demorou a ser adotado em decorrência do prolongado processo de confecção e da raridade em encontrar os testemunhos (textos anteriormente escritos nos papiros e pergaminhos), uma vez que o papiro ou o pergaminho não eram resistentes ao tempo. Com isso, o papel foi o instrumento que proporcionou a mercantilização do livro por se apresentar de forma leve, facilmente dobrável e padronizado. (ALMEIDA, 2016).

É apenas com a redescoberta da tipografia, pelo inventor Johannes Gutenberg por meio da prensa tipográfica, no Século XVI, que se inicia a substituição da produção de livros manuscritos por livros impressos (ALMEIDA, 2016). Antes disso, os chineses utilizavam um tipo rudimentar de tipografia, mas a técnica acabou sendo perdida, pois não se caracterizava como o melhor sistema de impressão para ser utilizado nos inúmeros signos existentes na língua desses povos.

Com a invenção de Gutenberg, foi possível a fabricação de um produto mais prático e econômico. Além do que, ela promoveu a transferência do controle dos saberes relativos ao processo de produção de livros para a burguesia, que desejava cada vez mais editar, vender e obter lucros, ao mesmo tempo em que almejava conquistar os saberes pedagógicos e educacionais que os livros poderiam lhe proporcionar. (ALMEIDA, 2016).

Em 1971, o pesquisador Michael Hart, iniciou a disseminação do livro digital, através do arquivamento de obras por meio da digitalização de livros, com o objetivo de disponibilizá-los a uma parcela maior da sociedade. A primeira obra a ser disponibilizada pelo projeto foi a Declaração de Independência dos Estados Unidos. (ALMEIDA, 2016). Além disso, o livro vem adquirindo novos conceitos e formatos como afirma Teixeira e Gonçalves (2015, p. 3): “é importante destacar que o artefato digital trouxe uma ruptura tecnológica do livro como único conceito para suporte e conteúdo informacional.” A figura 1 resume o processo histórico de construção e aprimoramento do livro até a chegada do livro digital.

Figura 1 – Infográfico linha histórica do livro



Fonte: Elaboração Própria (2018), baseada na obra de Almeida (2016)

Diante do exposto, a escrita se constituiu como a principal forma de registrar e de comunicar o conhecimento produzido, ao longo dos anos, pelas sociedades. Nesse processo, ela se mostra dinâmica, adquirindo assim variadas formas durante sua evolução. Por isso, se faz necessário conhecer os conceitos e as características formulados ao longo de sua criação, como também, ressaltar o papel que ela acabou tomando em nosso meio cultural.

3.1 Conceitos e características do livro digital interativo infantil e sua importância na escola

O avanço da comunicação escrita proporcionou que as características e a produção do livro passassem por um intenso processo de reconfiguração no decorrer do tempo. A disseminação dos instrumentos tecnológicos trouxe novas técnicas de produção e novos objetivos para o livro. Sendo assim, o livro passou do formato impresso para o formato digital e deixou de ser o único artefato tecnológico responsável pela divulgação ou apropriação do conhecimento humano.

O livro digital caracteriza-se como uma publicação em formato digital, que pode conter textos escritos, imagens, recursos de multimídia e interatividade, acessíveis em suportes computacionais. Dessa forma, esse artefato tecnológico trouxe modificações em todos os estágios da comunicação escrita: acesso, manipulação, armazenamento e distribuição da informação. (TEIXEIRA; GONÇALVES, 2015).

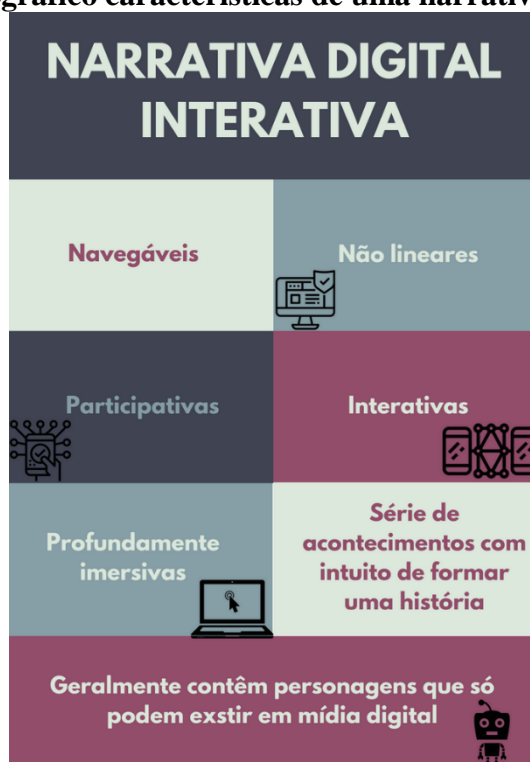
Além disso, destaca-se que os livros digitais surgiram a partir da necessidade de uma nova experiência de leitura. Consequentemente, através dos artefatos tecnológicos, que surgem com frequência no mercado, foi possível que os livros digitais proporcionassem uma experiência de interatividade e de imersão para o conteúdo das histórias narradas e maior portabilidade. Almeida e Nicolau (2015) explicitam que:

Atualmente, podemos atribuir o surgimento dos livros digitais, movido por um mercado editorial consolidado, à necessidade de portabilidade, à comodidade de se poder realizar leituras de diversos livros em um único dispositivo. Além da economia de espaço físico, os livros digitais possibilitam a preservação de uma obra sem que haja perda de conteúdo, degradação das folhas, ou ainda o odor de mofo daqueles que passam anos sem ser consultados. (ALMEIDA; NICOLAU, 2013, p. 03).

No que se refere ao livro digital interativo, além dessas características, ele fornece ao leitor um potencial ainda maior de interação e imersão nas narrativas. Isso porque, o livro digital interativo proporciona um ambiente de leitura não linear e com inúmeras variações nos recursos de mídia. Contudo, esse tipo de narrativa suscita algumas discussões quanto à sua categoria, como afirmam Teixeira e Gonçalves (2015, p. 02): “é possível confundí-la com um videogame ou denominá-la como “livro-jogo”, “animação interativa”, “livro animado” ou ainda, como uma versão digitalizada do livro – simulacro de uma obra impressa.”

Sendo assim, o livro digital interativo possui características próprias, pois ao ser assim definido, o livro digital interativo necessita fornecer ao leitor um número maior de recursos de mídia como também de interatividade. Logo, as narrativas presentes neste tipo de recurso de leitura, também necessitam englobar maior atenção do leitor. O infográfico abaixo apresenta as características que devem se fazer presentes em uma narrativa digital interativa.

Figura 2 – Infográfico características de uma narrativa digital interativa



Fonte: Elaboração Própria (2018) baseada em Teixeira e Gonçalves (2015)

Como conceito de narrativa, utilizamos o ponto de vista apresentado por Teixeira e Gonçalves (2015). Segundo esses autores:

O termo narrativa pode ser utilizado para designar o próprio ato de contar histórias: a narração; o conteúdo deste ato; ou ainda, como modo do discurso. A história em si é o conjunto de acontecimentos narrados e a forma como são narrados denomina-se enredo. (TEIXEIRA; GONÇALVES, 2015, p. 06).

Portanto, o termo narrativa é adotado neste trabalho para designar o ato de se contar uma história. Além disso, reconhecemos que esta narrativa é composta por uma história (conjunto dos acontecimentos), um enredo (forma como a história é contada) e uma narração (conteúdo dos acontecimentos). (TEIXEIRA; GONÇALVES, 2015).

Assim, para uma narrativa infantil é necessário que esse conjunto de elementos (história, enredo e narração), se adeque ao público ao qual se pretende atender. Por conseguinte, destacamos ainda que a narrativa infantil, antes de tudo, como qualquer outro tipo de narrativa, expressa e representa o mundo através das ideias e/ou das ações humanas ou não.

Para uma narrativa infantil, destacam-se as seguintes características:

Figura 3 – Infográfico características de uma narrativa infantil



Fonte: Elaboração Própria (2018) baseada em Coelho (2000)

Nesse sentido, percebemos que a característica de linearidade da narrativa infantil se contrapõe à ideia de leitura não-linear dos livros digitais, citadas anteriormente. Por esse motivo, consideramos que para a faixa etária em que nos propomos atingir, é mais adequado ter um livro com uma narrativa linear e que ressalte as características de uma narrativa infantil.

Destacamos ainda que, o conceito de literatura se configura como, a elaboração estética da linguagem produzida pelo sujeito, através de suas ideias, apresentando certo caráter ficcional. (KUPSTAS; CAMPOS, 1988).

Para Coelho (2000), a literatura se caracteriza por uma criação simultaneamente abstrata e concreta do pensamento humano. Abstrata no sentido de que a ideia é elaborada no campo da imaginação, dos sentimentos, das emoções e das experiências. Concreta, porque tais ideias são transformadas em palavras.

Na literatura infantil, observa-se um predomínio do abstrato, uma vez que se exalta uma linguagem cheia de fantasia, alegria e confiança. Por esse motivo, ela deve proporcionar ao leitor tanto uma experiência de desenvolvimento do conhecimento textual e informativo quanto do pensamento criativo e imagético. Nesse sentido, Coutinho e Lopes (2011) destacam que:

O enfoque educacional deve equilibrar o desenvolvimento da percepção visual com as demais áreas do desenvolvimento infantil, e o livro, como ferramenta essencial para o pensamento, deve se configurar, em seu aspecto textual, informativo e imagético, em um objeto cultural e intelectual de qualidade. (COUTINHO; LOPES, 2011, p. 12).

A imagem abaixo ilustra os conceitos e as relações entre a literatura, a narrativa e o livro.

Figura 4 – Infográfico relação entre a literatura, a narrativa e o livro



Fonte: Elaboração Própria (2018) baseada em Coelho (2000)

Durante o processo de desenvolvimento histórico humano, a sociedade compreendeu e produziu a literatura a seu modo. É apenas com a redescoberta da literatura infantil, no Século XX, por meio da psicologia experimental que as narrativas infantis se voltam aos estágios de desenvolvimento infantil, revelando, dessa forma, que cada estágio corresponde e atribui certos graus de complexidade ao pensamento infantil, de acordo com a idade e a fase de desenvolvimento da própria criança, sendo assim Coelho (2000) explica que:

[...] a inclusão do leitor em determinada ‘categoria’ depende não apenas de sua faixa etária, mas principalmente da inter-relação entre sua idade cronológica, nível de amadurecimento biopsíquico-afetivo-intelectual e grau ou nível de conhecimento/domínio do mecanismo da leitura. Daí que as indicações de livros para determinadas ‘faixas etárias’ sejam sempre *aproximativas*. (COELHO, 2000, p. 32)

No presente trabalho, será apresentada e discutida a proposta de um livro digital interativo para crianças de 06 a 08 anos. De acordo com os estágios de desenvolvimento psicológicos, definidos por Coelho (2000), as crianças nessa faixa etária se encontram entre o leitor iniciante e o leitor em processo.

O leitor iniciante, para Coelho (2000), se caracteriza por possuir um domínio inicial dos signos do alfabeto e da formação das sílabas simples e compostas, ou seja, começa o processo de leitura. Desse modo, os livros para essa etapa devem apresentar:

- Predominantemente as imagens, por comparação com o texto;
- Texto com estrutura simples;
- Personagens reais ou irreais;
- Narrativa linear, que estimule a imaginação e as emoções, podendo ser desenvolvida por fatos cotidianos ou no mundo maravilhoso.

O leitor em processo, já domina a leitura com facilidade. Nessa fase, a criança apresenta comportamentos curiosos sobre o mundo e a natureza, sendo atraída facilmente por desafios e pelo conhecimento de tudo o que a cerca. Os livros para essa etapa possuem as mesmas características de um livro para o leitor iniciante, com o detalhe de que, na narrativa, deve estar presente um problema ou um conflito a ser resolvido até o final. (COELHO, 2000).

Além dessas características em ambos os estágios de desenvolvimento psicológico, a presença do adulto se faz necessária como elemento motivador e estimulador da leitura e como provocador de atividades pós-leitura. Com isso, considera-se a escola como o espaço mais apropriado para se promover a leitura infantil, uma vez que a sociedade elegeu esse ambiente como instituição base para o processo de conhecimento dos conteúdos produzidos ao longo de nossa história através de nossas culturas. Sendo assim, destaca-se a importância do trabalho com a literatura infantil em ambientes escolares, pois:

Eles estimulam o exercício da mente; a percepção do real em suas múltiplas significações; a consciência do eu em relação ao outro; a leitura do mundo em seus vários níveis e, principalmente, dinamizam o estudo e conhecimento da *língua*, da expressão verbal significativa e consciente – condição *sine qua non* para a plena realidade do ser. (COELHO, 2000, p. 16).

Nesse sentido, Coutinho e Lopes (2011) destacam a importância de se trabalhar com materiais como o livro digital interativo, uma vez que esses objetos de aprendizagem proporcionam maior interesse nas crianças, como também facilitam a percepção e a apreensão dos conteúdos. Mas, tais experiências não são bem aproveitadas pelas escolas, pois no plano conceitual, apresentam desconforto e

insegurança, dado que em muitas delas, há um desconhecimento dos sistemas e dos processos que permeiam esse tipo de livro.

Além disso, ressalta-se a falta de uma infraestrutura tecnológica em muitas das salas de aula, que acaba impedindo o uso da tecnologia do livro digital em ambientes escolares. Já num plano operacional, as dificuldades encontradas referem-se à falta de conhecimento, das ferramentas tecnológicas e/ou do manuseio delas, por parte dos professores. Por isso, “grande parte das novas linguagens é desconhecida ou apresenta complicadores operacionais, consequência da própria estrutura dos cursos de magistério e pedagogia.” (COUTINHO; LOPES, 2011, p. 7-8).

Mas, apesar dessa realidade educacional brasileira, a busca por mudanças deve ser objetivada pelos agentes educacionais. Pois, apenas dessa forma, é possível alcançar uma educação integrada e integradora que reflita o momento tecnológico atual como um processo natural dentro do sistema educacional.

Com isso, o papel do professor nesse processo é ressaltado, uma vez que é ele o responsável pela integração, de forma planejada e organizada, dos recursos educacionais disponíveis. Assim, Coutinho e Lopes (2011) afirmam que:

[...] capacitar o professor em design pressupõe a sua autonomia como sujeito social, capaz de, ao dominar conhecimentos inerentes ao design, enquanto pensamento (na sua concepção epistemológica e metodológica), possibilitar, entre outras coisas, a geração de artefatos mediadores, e ser ele próprio o instrumento da mediação, e, dessa forma, redimensionar o seu papel diante da nova realidade multimídia, fruto da condição contemporânea do ensino. (COUTINHO; LOPES, 2011, p. 21)

Por isso, se faz necessário que o professor conheça e se aproprie desse tipo de conhecimento e de tecnologias digitais, para que assim possa exercer um papel de mediador e facilitador, favorecendo o uso apropriado das diversas informações disponíveis no ambiente computacional.

3.2 Análise de livros digitais interativos infantis

O primeiro livro digital interativo infantil analisado foi o “Crianças” (figura 5). Ele é musicado por Márcio de Camillo, ilustrado e animado pela ilustradora Martha Barros. Nele, os versos de Manoel de Barros viraram poesias em um formato digital e interativo para as crianças. O livro oferece quatro recursos: cliques, poesias, desenhar e

fotos. Reunindo assim, dez cliques animados e quatro poesias interativas, além de um “caderno” no qual os leitores podem brincar com as animações das poesias e desenhar livremente. O livro encontra-se disponível, gratuitamente, para *tablets* e *smartphones*, iOS e Android. Além disso, ele foi lançado no ano de 2016 e é um desdobramento do projeto de mesmo nome, concebido por Camillo e lançado em 2012, como disco e espetáculo.

Figura 5 – Exemplo de livro digital interativo infantil



Fonte: *Google Imagens*¹

Em seguida, analisou-se o livro digital interativo infantil “A Poça d’Água” (figura 6) que tem como desenvolvedor William Shimabucuro e as ilustrações criadas por uma ilustradora mirim. O livro é indicado para pré-leitores e leitores entre 3 e 10 anos. A história traz, implicitamente, um conflito de universos, o dos adultos *versus* o das crianças. Através das personagens, de uma mãe e de uma filha, que caminham lado a lado até que uma poça d’água apareça no caminho e a menina tem o grande desejo de pular. Mas, ela se vê diante de um conflito, pois sabe que sua mãe não iria gostar dessa sua atitude. Além disso, o livro apresenta a opção com narração para os pré-leitores e a

¹ Disponível em:

<<https://i.ytimg.com/vi/6kzQid8icMQ/maxresdefault.jpg>><<http://babies.constancezahn.com/wp-content/uploads/sites/2/2016/11/app-para-criancas-crianceiras-poemas-cantados-por-manoel-de-barros-04.jpg>> Acesso em: 24 mai. 2018.

Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.webcoregames.crianceiras>

opção de não ser narrado para os leitores. O livro oferece os recursos: efeitos de som, animação, jogos e interatividade. O aplicativo encontra-se disponível, gratuitamente, para *tablets* e *smartphones*, que tenham o sistema operacional iOS.

Figura 6 - Exemplo de livro digital interativo infantil



Fonte: *Google Imagens*²

Após estabelecer os livros digitais interativos infantis analisados como integrantes desse tipo de mídia e passíveis de serem assim categorizados foi elaborado um quadro com as características, definidas anteriormente neste trabalho, a fim de analisá-los na perspectiva de um livro digital interativo infantil (ver Quadro 1).

Quadro 1 – Análise dos livros digitais interativos infantis

Características de uma narrativa digital	Crianças	A Poça d'Água	Características de uma narrativa infantil	Crianças	A Poça d'Água

² Disponível em:

https://www.google.com.br/search?q=app+po%C3%A7a+d%27agua&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwizwpe565_bAhXCDJAKHYBLCH8Q_AUICigB&biw=1366&bih=637#imgrc=_>

Acesso em: 24 abr. 2018.

interativa					
Navegáveis	Sim	Sim	Natural e sobrenatural conciliados	Sim	Não
Participativas	Sim	Sim	Transformações e deslocamentos por meios maravilhosos	Sim	Sim
Não lineares	Não, como analisado anteriormente essa característica se contrapõe aos livros digitais, e por causa da faixa etária que o livro pretende alcançar, optou-se por uma narrativa linear.	Não, como analisado anteriormente essa característica se contrapõe aos livros digitais, e por causa da faixa etária que o livro pretende alcançar, optou-se por uma narrativa linear.	Lineares	Sim, como analisado anteriormente essa característica se contrapõe aos livros digitais, e por causa da faixa etária em que o livro pretende atingir, optou-se por uma narrativa linear.	Sim, como analisado anteriormente essa característica se contrapõe aos livros digitais, e por causa da faixa etária em que o livro pretende atingir, optou-se por uma narrativa linear.
Interativas	Sim, algumas ações são decorrentes da interatividade do usuário/leitor.	Sim, algumas ações são decorrentes da interatividade do usuário/leitor.	Bastante ilustrações e cores	Sim, algumas ações são decorrentes da interatividade do usuário/leitor.	Sim, algumas ações são decorrentes da interatividade do usuário/leitor.
Imersivas	Sim, a história necessita da ação do usuário/leitor.	Sim, a história necessita da ação do usuário/leitor.	Imagens por comparação	Sim, a história necessita da ação do usuário/leitor.	Sim, a história necessita da ação do usuário/leitor.
Série de acontecimentos com intuito de formar uma história	Sim	Sim	Extensão breve	Sim	Sim

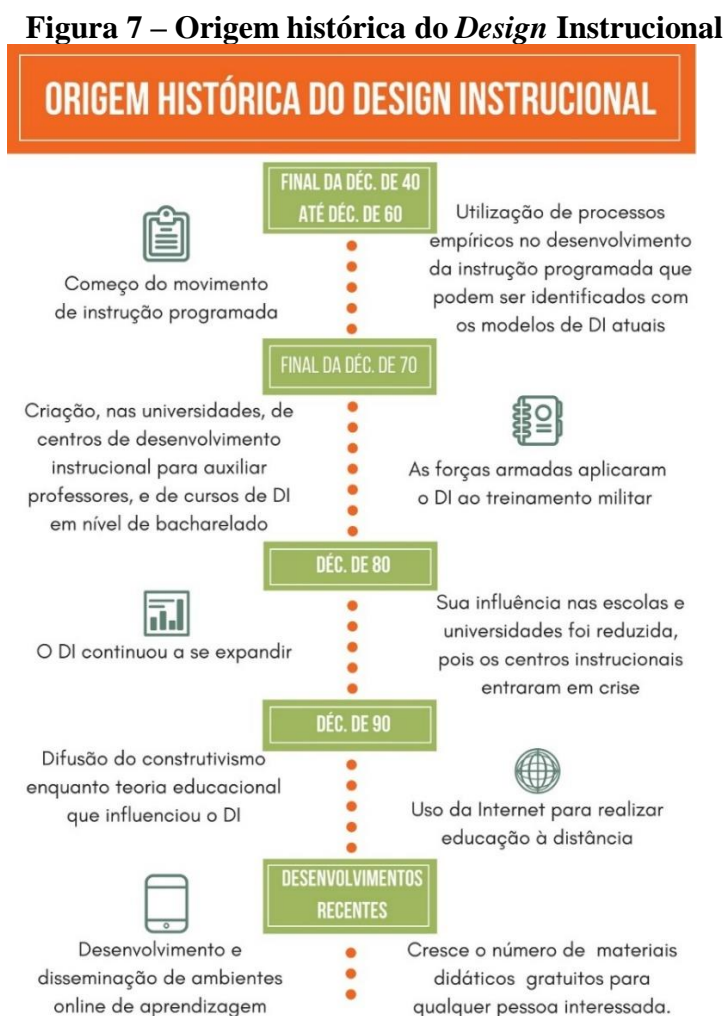
Fonte: Elaboração Própria (2018)

As narrativas apresentadas no formato de livro digital interativo infantil nesta pesquisa contemplam todas as características de *design* instrucional peculiares a este tipo de conteúdo digital. Assim, esse estudo permitiu observar a ligação entre as características de uma narrativa digital interativa e uma narrativa infantil, dentro de livros digitais interativos infantis disponíveis no mercado.

4 O *DESIGN* INSTRUCIONAL APLICADO À PRODUÇÃO DE LIVROS DIGITAIS

As origens do *Design* Instrucional (DI) remontam à II Guerra Mundial, quando um grande número de psicólogos foi chamado pelo exército Americano para realizar e desenvolver pesquisas e materiais de treinamento militares. Os trabalhos desses pesquisadores consistiam em estudar o comportamento e a aprendizagem humana, como também, utilizavam seus conhecimentos sobre avaliação para verificar as competências dos indivíduos a partir de determinados programas de treinamento. (TRACTENBERG, 2016a).

A figura 7 traz um panorama histórico sobre a aplicação e desenvolvimento do DI.



Fonte: Elaboração Própria (2018) baseada em Tractenberg (2016a)

O *Design* Instrucional surge quando a Psicologia vai se desmembrando da Filosofia. A partir desse fato, o *design* instrucional passa a formular práticas de ensino paralelamente com o desenvolvimento das teorias educacionais. Assim, o DI sofre influência das teorias comportamentalista, cognitivista, (sócio)construtivista e algumas outras que foram sendo incorporadas com o passar dos anos, como a andragogia, a pedagogia freiriana e o humanismo. Além disso, essas teorias têm fundamentado os processos didático-pedagógicos do *design* instrucional. (FILATRO, 2010).

Sendo assim, tomando como ponto de partida a teoria (sócio)construtivista, consideramos que a aprendizagem acontece através da relação entre as experiências sociais, culturais e individuais. Desse modo, as interações do sujeito com os instrumentos proporcionam um desenvolvimento cognitivo, levando-o ao conhecimento. (FILATRO, 2010).

Com isso, a relação da criança com o livro mostra-se importante para o desenvolvimento infantil, uma vez que:

A experiência social exerce seu papel através do processo de imitação; quando a criança imita a forma pela qual o adulto usa instrumentos e manipula objetos, ela está dominando o verdadeiro princípio envolvido numa atividade particular. (VIGOTSKY, 2007, p.7-8).

Nesse sentido, o DI enxerga a aprendizagem como um processo dialético, que necessita está contextualizado entre as pessoas e as tecnologias por elas construídas, ou seja, com o mundo que as cerca. Ou seja, “é a aprendizagem que sustenta o desenvolvimento humano, não o inverso.” (FILATRO, 2010, p. 85). Assim, todo processo educacional deve sempre incluir o contexto real em que o sujeito está inserido, para que, dessa forma, a aprendizagem individual tenha como início o seu próprio espaço social, e posteriormente, esse conhecimento seja ampliado e diversificado envolvendo outras realidades.

Por esse motivo, o ensino deve valorizar as habilidades trazidas pelos indivíduos, proporcionando a aplicação de conceitos distintos e o intercâmbio dos saberes entre eles. Com isso, a linguagem exerce um papel fundamental, uma vez que “o processo de aprender pode ser considerado uma forma de coparticipação social e esse processo é mediado pela linguagem por meio da interação e por outros meios simbólicos, como por exemplo, o computador.” (RONCARELLI; *et. al.*, 2010, p. 9). Portanto, as tecnologias

informativos, como o livro, são imprescindíveis para apoio e o estímulo no processo educacional.

Portanto, qualquer tipo de processo educacional, como a produção de materiais didáticos ou conteúdos digitais, que sejam desenvolvidos sob a perspectiva do *design* instrucional necessitam proporcionar a aplicação de múltiplas concepções que um problema possa apresentar, para que assim sejam compreendidos os variados pontos de vista envolvidos neste problema, proporcionando a contextualização e o diálogo. Dessa forma, a aprendizagem se realiza de forma significativa para o sujeito.

Mas afinal, o que é o *design* instrucional?

Muitas vezes, a palavra *design* é associada apenas aos aspectos estéticos de um produto ou imagem, mas, além desta função, o *design* exprime os modos sensoriais (cores, formas, texturas, sons) e os modos cognitivos (linguagem, metáforas, hipertexto, mapas conceituais, realidade virtual) de um produto. (FILATRO, 2010).

Já a palavra instrucional, muitas vezes, é associada aos modelos instrucionistas e construcionistas dos processos de aprendizagem. Os modelos instrucionistas advêm das teorias comportamentalistas da Psicologia Educacional. Essa perspectiva acaba reduzindo a utilização das tecnologias na educação a uma programação de estímulos e respostas, uma vez que são excluídas as relações sociais e o aprendiz é condicionado a compreender apenas o que lhe é proposto. Por outro lado, o modelo construcionista é baseado na instrução como uma construção do conhecimento, facilitadora do processo individual e coletivo da aprendizagem. (FILATRO, 2010). Seguimos a concepção de instrução, abordada pelo modelo construcionista, quando empregamos esse termo neste trabalho.

Sendo assim, para Filatro (2010), o *design* instrucional engloba todo o processo de criação, planejamento e execução de qualquer proposta educacional que tenha como objetivo a aprendizagem e a instrução do conhecimento produzido pela humanidade, ou seja, as metodologias de planejamento e o currículo envolto nas produções de conteúdos educacionais. Ela afirma que o DI é:

[...] a ação intencional e sistemática de ensino, que envolve o planejamento, o desenvolvimento e a utilização de métodos, técnicas, atividades, materiais, eventos e produtos educacionais em situações didáticas específicas, a fim de facilitar a aprendizagem humana a partir dos princípios de aprendizagem e instrução conhecidos. (FILATRO, 2010, p. 64-65).

Concordando com Filatro, alguns outros autores compreendem o *design* instrucional como um campo do conhecimento responsável por todos os processos de planejamento e aplicação de qualquer projeto educacional, que tenha como finalidade a aprendizagem. Nesse sentido, para eles: “o *Design* Instrucional é o campo de conhecimento que busca aprimorar o planejamento e a aplicação dos métodos visando facilitar os processos de ensino-aprendizagem.” (RONCARELLI; *et al*, 2010, p. 4).

Já os autores Silveira, *et. al.* (2011) trazem ao DI a concepção de que este é uma área da pesquisa educacional, tendo como propósito o planejamento sistemático, através dos meios comunicacionais, os quais devem proporcionar a aprendizagem e o ensino, e assim melhorar os materiais educacionais. Portanto, esses autores explicam que o DI:

[...] é uma área da pesquisa educacional que estuda formas de ajudar as pessoas a aprenderem melhor. A área envolve a metodologia voltada ao planejamento de currículos, programas de capacitação e de materiais didáticos em diferentes mídias e contextos de aprendizagem. A intenção dessa área de pesquisa é a realização de um planejamento sistemático, baseado em princípios científicos de comunicação, aprendizagem e de ensino que melhorem os materiais instrucionais elaborados. (SILVEIRA; *et. al.*, 2011, p. 77-78).

Dessa forma, percebemos que esses autores trazem diferentes concepções ao *design* instrucional. O DI como uma ação intencional e sistemática de ensino tem como propósito otimizar a construção de habilidades e de conhecimentos, através de estratégias de demonstração orientadas empiricamente, e de atividades que permitam atingir os objetivos da aprendizagem desejados, e assim os estudantes demonstrem domínio sobre o conteúdo transferindo-os para outras situações. (FILATRO, 2010). Já o DI como um campo de conhecimento se propõe a orientar qual tipo instrução deve ser implementado numa determinada realidade e identificar como o conteúdo deve ser trabalhado para que ocorra o processo de ensino-aprendizagem. (NUNES, 2008). E o DI como uma área da pesquisa educacional acaba se restringindo apenas ao planejamento e à produção de materiais. Com isso, é importante destacar que o foco do DI não se reduz a simples publicação das informações. Pois, como foi acima exposto, o conceito de *design* instrucional é bem amplo. Além disso, não podemos resumir o DI ao simples uso da tecnologia pela tecnologia como afirma Roncarelli, *et. al.* (2010, p. 79): “[...] o uso da tecnologia pela tecnologia é insuficiente para que se contemple uma nova concepção educacional.”

Por vezes, o conceito de DI pode ser confundido com o conceito de planejamento educacional. Por esse motivo, Tractenberg (2016, p. 1) elenca os seguintes propósitos básicos do DI:

- a) Criar processos e materiais didáticos eficazes, isto é, que atinjam seus objetivos pedagógicos.
- b) Estes materiais e processos devem ser eficientes, consumindo o menor tempo possível.
- c) Devem ser agradáveis para os aprendizes.
- d) Precisam ser viáveis em seu custo-benefício.

Com isso, pontuamos, a seguir, as vantagens resultantes da utilização do DI:

- Fixar o foco do processo de ensino-aprendizagem no aluno;
- Articular o trabalho de diversos profissionais por meio de um processo de ações sistemáticas;
- Facilitar o desenvolvimento de soluções alternativas às práticas usuais em um determinado campo de ensino;
- Buscar a harmonia dos objetivos, atividades e avaliações.

Diante do exposto, compreendemos que o DI é um campo de aplicação das teorias da aprendizagem para o desenho de atividades, conteúdos e materiais para o processo de ensino e aprendizagem. Consideramos que o DI, ao ser descrito e delineado, busca propor uma ação intencional e específica a ser seguida, o qual tem como objetivo a aprendizagem, através do planejamento, desenvolvimento e aplicação sistemática de um processo educativo. Ou seja, procura traçar a melhor possibilidade de suprir as necessidades de determinado objetivo de aprendizagem.

Nesse sentido, definimos que o conceito que melhor se aplica a esta pesquisa é o DI como uma ação intencional e sistemática. Pois, ao produzir materiais educacionais, sejam eles digitais ou não, é necessário pensar, refletir e estudar o modo que esse material será elaborado para que dessa forma ele possa ser melhor aproveitado pelo público que utilizará ele.

4.1 Fases do *design* instrucional e sua aplicação na produção do livro digital interativo infantil

O *design* instrucional, como revela Filatro e Cairo (2015), se desdobra em três grandes aspectos: como teoria, como processo e como produto. Neste trabalho, discorreremos nossa análise e discussão no DI como produto, no caso, o livro digital interativo infantil que vamos propor.

Além do livro digital interativo, existem hoje no mercado uma grande variedade de produtos do *design* instrucional, como *podcasts*, vídeos, jogos, infográficos, entre outros. Ao pensar na construção desses produtos educacionais é importante estabelecer os critérios que compõem esses materiais e elaborá-los de forma contextualizada com os objetivos de aprendizagem que se deseja alcançar. Assim, “um material educacional não deve ser planejado de forma isolada dos processos de ensino e de aprendizagem, mas ser projetado a partir de um objetivo de aprendizagem [...]” (SILVEIRA; *et. al.*, 2011, p. 79).

Desse modo, o processo de desenvolvimento e aplicação de qualquer conteúdo educacional perpassa por algumas etapas. Existem diversos modelos para a produção de materiais educacionais. Neste trabalho, optou-se em seguir o modelo proposto por Filatro e Cairo (2015). Segundo essas autoras, no *design* instrucional, o método de produção e aplicação de conteúdos divide-se em cinco fases: ***análise, design, desenvolvimento, implementação e avaliação.***

A fase de análise tem como finalidade identificar as necessidades educacionais daqueles para quem o produto é direcionado. Por isso, nesta fase, destaca-se a importância de se definir os objetivos educativos a que o produto se destina, como também de conhecer o público-alvo que se pretende alcançar. Por este motivo, “para ressignificar um projeto de educação, faz-se necessário indagar qual sociedade aspiramos, de modo a compreender qual indivíduo desejamos formar e, por conseguinte, qual modelo ou modelos educacionais teremos que propor.” (COUTINHO; LOPES, 2011, p. 2). Segundo Filatro e Cairo (2015), a fase de análise é formada das seguintes estratégias:

- 1) identificar as necessidades de aprendizagem, traduzidas em objetivos educacionais; 2) caracterizar o público-alvo em termos de perfil demográfico, tecnológico e cultural; e 3) levantar as potencialidades e restrições institucionais, considerando tanto o contexto de produção quanto o de utilização. (FILATRO; CAIRO, 2015, p. 153).

Nesta fase, habitualmente, gera-se algum tipo de documentação, para registro destas informações coletadas e analisadas, e assim possibilitar certa orientação para as demais fases do trabalho. (FILATRO; CAIRO, 2015). Quanto mais bem compreendida e caracterizada for esta fase, maior a probabilidade de uma adequada solução a qual se propõe o projeto a ser desenvolvido. Por isso, essa fase mostra-se de extrema importância, visto que é ela que fundamenta as decisões a respeito de uma solução viável e com boas chances de sucesso. (TRACTENBERG, 2016b).

Para a proposta do livro digital interativo infantil que apresentamos nesse trabalho fizemos a seguinte análise:

Quadro 2 – Análise do livro digital interativo infantil proposto

1	Objetivos Educacionais	Mostrar ao leitor de forma lúdica e infantil os seus direitos a um desenvolvimento digno e saudável, informando e conscientizando assim, as crianças, sobre a violência doméstica.
2	Público-Alvo	Crianças de 6 a 8 anos de idade, que tenham algum tipo de acesso a dispositivos digitais e preferencialmente, de escolas públicas.
3	Contexto de Aprendizagem	É importante que a criança tenha acesso a algum tipo de dispositivo digital, na escola ou fora dela, uma vez que o livro possui o formato digital. Além disso, nos estágios de desenvolvimento psicológicos a criança deve estar entre as fases de leitor iniciante e leitor em processo.

Fonte: Elaboração Própria (2018)

A fase de *design* compreende as atividades de planejamento. É nesta fase que devem ser definidas as potencialidades e as restrições específicas do contexto do público-alvo e institucional para o desenvolvimento da proposta educacional. (FILATRO; CAIRO, 2015). Nesse sentido, é importante destacar que:

Quando aproximamos o campo do *design* com o da educação, estamos, de certa forma, arquitetando a construção de uma perspectiva social, centrada na formulação de princípios de *design* (gráfico e

informacional) que possam contribuir com as práticas educacionais. (COUTINHO; LOPES, 2011, p. 1).

Sendo assim, nessa fase ao pensarmos na produção do livro digital interativo infantil, buscamos identificar como seria possível informar e prevenir atitudes violentas que as crianças possam ou estejam sofrendo por meio desse livro. Por isso, ao produzir o roteiro do livro foi preciso adaptar tanto a narrativa (fazendo a seleção do que deve ou não ser mostrado e abordado no livro), quanto a linguagem (a qual deve ser simples e clara) e as ilustrações. Assim, esses recursos tornam-se mais adequados ao público ao qual o livro pretende alcançar. Além disso, é importante destacar que na produção de um livro digital interativo infantil, as ilustrações exercem papel fundamental para obtenção de uma boa qualidade para o produto. Nesse sentido, Coutinho e Lopes (2011, p. 12) afirmam que “para elaborar ou escolher imagens com objetivo educacional, é necessário equacionar as variáveis de representação e, principalmente, todos os condicionantes culturais.”

Já a fase de desenvolvimento é quando as ideias passam do papel e são colocadas em prática. É neste momento que todos os elementos que precisam ser selecionados e criados são desenvolvidos. Além disso, esta fase requer maior tempo e recurso para sua produção, visto que, é nela que são realizadas as propostas anteriormente planejadas e estruturadas. (FILATRO; CAIRO, 2015). Nesse sentido, o roteiro do livro digital interativo infantil produzido encontra-se no item 6 deste trabalho.

Por sua vez, na fase de implementação é que o projeto educacional se realiza. Ou seja, é nesta fase que são aplicados e/ou testados os conteúdos planejados e produzidos para fazer-se realizar o processo de aprendizagem objetivado. (FILATRO; CAIRO, 2015). Além disso, é comum oferecer a um grupo-piloto antes de disponibilizar o projeto em grande escala, com a finalidade de fazer ajustes e correções. (TRACTENBERG, 2016b).

Para finalizar, a fase de avaliação objetiva analisar e refletir a efetividade da qualidade dos conteúdos educacionais produzidos, como também, a concretização da aprendizagem. A realização desta fase pode envolver variados instrumentos. A avaliação da qualidade dos conteúdos varia de acordo com os objetivos educacionais estabelecidos e a aprendizagem, pode se iniciar a partir da fase de implementação, destinando-se a verificar a aquisição do conhecimento, como também, a habilidade,

atitude e expectativas relativas à aprendizagem do público-alvo. (FILATRO; CAIRO, 2015).

Como a produção do livro digital interativo infantil é apenas uma proposta de produto a ser produzido, as fases de implementação e de avaliação ainda não foram realizadas neste trabalho.

O infográfico abaixo resume as fases de produção de conteúdos educacionais do *design* instrucional.



Fonte: Elaboração Própria (2018) baseada em Filatro e Cairo (2015)

Diante do exposto, analisamos que a produção de livros na perspectiva do *design* instrucional pode auxiliar o processo de ensino-aprendizagem, incentivando a curiosidade e a reflexão dos conteúdos neles abordados. Nesse sentido, no que se refere ao conteúdo desses materiais, eles “[...]devem ser construídos de forma problematizadora, incentivando o trabalho investigativo e o emprego de habilidades reflexivas. Além disso, devem possuir uma lógica que permita o diálogo e a contextualização do conteúdo [...]” (SILVEIRA; *et. al.*, 2011, p. 82).

Portanto, a produção de conteúdos educacionais, permeada pelo *design* instrucional, possibilita a incorporação de mecanismos de flexibilização e personalização tanto do

ensino quanto dos materiais didáticos a partir dessas fases. Através delas, é possível obter uma consciência mais apurada do contexto envolvido na produção do conteúdo educacional, e assim, desenvolver um trabalho mais adequado pedagogicamente. Por esse motivo, ao propor um livro digital interativo infantil, optamos em seguir as fases de desenvolvimento abordadas pelo *design* instrucional, pois buscamos alcançar um nível elevado de qualidade. Dessa forma, permitindo chegar às crianças, que são público alvo deste trabalho, um conteúdo educacional adequado ao seu nível de desenvolvimento psicológico e à sua realidade cultural.

5 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA INFANTIL

A fase de vida denominada infância, com suas especificidades reconhecidas, perpassa por um processo longo, construído historicamente e socialmente. É apenas no final do século XVII, com a mudança trazida pela escolarização, que a criança vem a ter um investimento afetivo, econômico, educativo e existencial. Assim, a família e a escola passam a ser considerados os lugares de referência com a função de socialização, cuidado e zelo pelo bem-estar das crianças. Por esse motivo, deve-se considerar que tais fatores influenciam na constituição do conceito dessa fase da vida. (FERREIRA, 2002).

Para a definição de infância, entendemos que seja um tempo cronológico da vida humana, no qual se deve considerar a pluralidade dos modos de viver, uma vez que identificamos que as crianças são seres da natureza e da cultura, e, por isso, se desenvolvem a partir das interações com o mundo que as cercam. (SOARES; FLORES, 2017).

Aqui no Brasil, é recente a criança ter o *status* de pessoa. A Constituição Federal³ de 1988 garantiu a essa parcela da sociedade o direito a um desenvolvimento biopsicossocial, como podemos observar no artigo 227, do referido documento:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p. 132).

Assim, negar à criança os direitos humanos fundamentais, expressa a rejeição da essência própria da dignidade humana. Nesse contexto, em 1990, entra em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)⁴, que tem por finalidade assegurar a proteção das crianças e dos adolescentes brasileiros. Esse documento traz consigo mudanças em relação aos diversos ambientes frequentados por essa população, tais

³BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 496 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

⁴BRASIL. Lei de nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 20 mai. 2018.

como o papel desempenhado pelas famílias e a atuação de profissionais que trabalham com esse público.

Nesse sentido, as relações intrafamiliares podem favorecer a construção de fatores de risco às crianças, como por exemplo, a violência doméstica. Os estudos referentes à violência infantil foram realizados pela primeira vez no ano de 1860, pelo Prof. Ambreise Tardieu, que estabeleceu o conceito de criança maltratada. (DAY; *et. al.*, 2003). Além disso, “[...] em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas reafirma o direito a cuidados e assistência especiais a esta parcela da sociedade.” (DAY; *et. al.*, 2003, p.12).

Como conceito de violência doméstica, partimos da concepção defendida por Milane e Loureiro (2008) de que:

A violência no contexto familiar constitui como um fenômeno complexo que envolve questões como a desigualdade social e prejuízos na qualidade de vida que atingem as famílias com comprometimento nas relações intrafamiliares, e é evidenciado pelo abuso de poder. (MILANE; LOUREIRO, 2008, p. 52).

Já a autora Guerra (1998) traz a seguinte definição para a violência doméstica:

[...] a violência doméstica contra crianças e adolescentes representa todo ato de omissão, praticados por pais, parentes ou responsáveis, contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (GUERRA, 1998, p. 32-33).

Sendo assim, a violência doméstica se configura enquanto quatro formas principais:

- a. Violência física;
- b. Violência psicológica;
- c. Negligência;
- d. Violência sexual.

A tabela a seguir mostra os dados, retirados do mapa da violência (2012), referente ao número de crianças, com a faixa etária entre 5 a 9 anos de idade, que foram atendidas no Sistema Único de Saúde (SUS), no Brasil, no ano de 2011.

Quadro 3 - Número e porcentagem de atendimentos, no SUS, de crianças (5 a 9 anos) por violência segundo o tipo de violência no Brasil.

Tipo de violência	Número	Porcentagem (%)
Física	2.258	26,9
Moral	1.796	21,4
Tortura	170	2,0
Sexual	2.542	30,3
Abandono	1.425	17,0
Outros	198	2,4
Total	8.389	100,0

Fonte: BRASIL. **Mapa da violência**. CEBELA, 2012, p. 67⁵.

Como é possível observar no quadro 3, a violência física é uma das mais frequente em crianças dessa faixa etária, somam 2.258 casos de um total de 8.389. Segundo Day, *et. al.* (2003, p. 10) esse tipo de violência se caracteriza “[...] quando alguém causa ou tenta causar dano por meio de força física, de algum tipo de arma ou instrumento que possa causar lesões internas, externas ou ambas.” Concordando com a definição anterior, Maia e Williams (2005) afirmam que a violência física abrange qualquer tipo de maus tratos corporais, tais como o espancamento, queimaduras, fraturas, contusões entre outros. Para esses mesmos autores, a violência física é mais frequente em crianças mais jovens e/ou bebês, uma vez que eles são mais vulneráveis, pois não são capazes de escapar ou de fugir de seus agressores. Para Guerra (1998, p. 34), a violência física pode ser denominada como “[...] atos de agressão praticados pelos pais e/ou responsáveis que podem ir de uma palmada até ao espancamento ou outros atos cruéis que podem ou não deixar marcas físicas evidentes, mas as marcas psíquicas e afetivas existirão.” Já Guerra e Romeira (2009, p. 7) expõe que “o agressor, normalmente utiliza da violência com a intenção de ‘disciplinar’, ‘educar’, implicando em consequências físicas e psicológicas a vítima ocasionada pelos vários graus e formas de violência empregada.” Assim, percebe-se que é habitual um tipo de violência vir acompanhada de outros tipos.

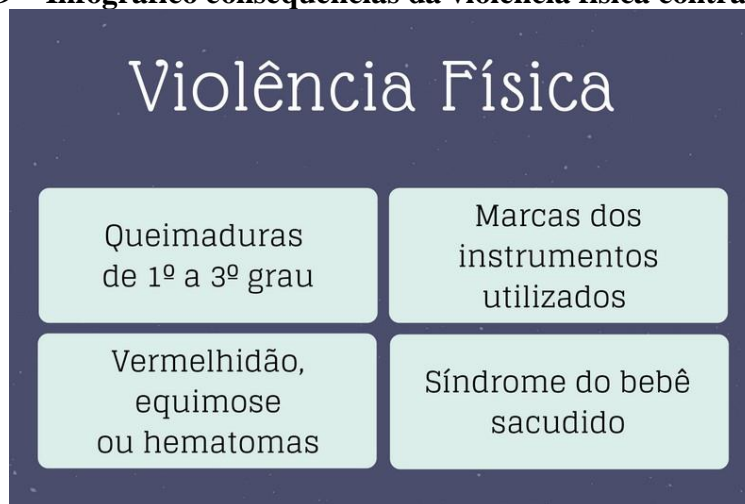
As consequências advindas desse tipo de violência refletem, principalmente, em lesões pela pele, como vermelhidão, equimose, hematomas e queimaduras de 1º a 3º grau, como pode ser visto na figura 9. Além disso, em casos mais graves, os bebês geralmente lactentes, podem vir a sofrer a síndrome do bebê sacudido, que se

⁵ Disponível em:

<http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf> Acesso em: 20 mai. 2018.

caracteriza como violentas e severos sacolejos, podendo causar atraso no desenvolvimento, convulsões, lesões da espinha, lesões cerebrais, lesões oftalmológicas ou até mesmo a cegueira e a morte.

Figura 9 – Infográfico consequências da violência física contra crianças



Fonte: Elaboração própria (2018) baseada em Day, *et. al.* (2003)

Ademais, a violência física é comumente associada à violência psicológica, uma vez que, juntamente com os atos de violência física, acontecem atos de violência psicológica.

A violência psicológica “[...] inclui toda ação ou omissão que causa ou visa a causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa.” (DAY; *et. al.*, 2003, p. 10). Esse tipo de violência se caracteriza quando alguém é submetido a qualquer tipo de ameaça, humilhação e privação emocional. Para Maia e Williams (2005, p. 94), “esta violência pode consistir em ameaças de vários tipos (suicídio, morte, danificação de propriedade, agressão à vítima ou a seus entes queridos, entre outras).” Essa forma de violência é mais difícil de se denunciar, por sua condição de invisibilidade. Segundo Guerra e Romeira (2009), o agressor realiza esse tipo de violência com a finalidade de “[...] combater a teimosia, envergonhar, diminuir e coibir a ação da criança afetando diretamente seu desenvolvimento intelectual e sua autoestima”. (GUERRA; ROMEIRA, 2009, p. 8). Diante disso, esse tipo de violência deixa marcas profundas nas vítimas, uma vez que:

Manifesta-se na depreciação da criança ou do adolescente pelo adulto, por humilhações, ameaças, impedimentos, ridicularizações, que minam a sua autoestima, fazendo com que acredite ser inferior aos

demais, sem valor, causando-lhe grande sofrimento mental e afetivo, gerando profundos sentimentos de culpa e mágoa, insegurança, além de uma representação negativa de si mesmo, que podem acompanhá-lo por toda a vida. A violência psicológica pode se apresentar ainda como atitude de rejeição ou de abandono afetivo; de uma maneira ou de outra, provoca um grande e profundo sofrimento afetivo às suas vítimas, dominando-as pelo sentimento de menos valia, de não-mercimento, dificultando o seu processo de construção de identificação-identidade. (GUERRA, 1998, p. 35).

As consequências desse tipo de violência podem ser identificadas no quadro abaixo.

Figura 10 – Infográfico consequências da violência psicológica infantil



Fonte: Elaboração própria (2018) baseada em Day, *et. al.* (2003)

Assim como a violência psicológica, a negligência configura-se na ausência de cuidado e afeto, por parte dos pais ou responsáveis pela criança, além disso, os danos causados às vítimas também repercutirão pelo resto da vida desses sujeitos. Nesse sentido, Day, *et. al.* (2003, p. 13) definem a negligência “[...] quando os pais ou responsáveis falham em prover cuidados de saúde, nutrição, higiene pessoal,

vestimenta, educação, habitação e sustentação emocional [...]”. Concordando com o conceito anterior, Guerra e Romeira (2009, p. 9) afirmam que a negligência é a “omissão das necessidades básicas e dos cuidados de proteções físicas e psicológicas desempenhada pelos responsáveis, isto é, aloca em risco a saúde física, psicológica, social, intelectual e no caso mais grave a própria vida da criança ou do adolescente.” Como podemos observar no quadro 4, os pais somam um total de 50,8% do número de agressores, ou seja, pouco mais da metade dos agressores de crianças, entre 5 a 9 anos de idade, é representada pela figura do pai, da mãe, do padrasto ou da madrasta.

Quadro 4 - Número e porcentagem de atendimentos, no SUS, de crianças (5 a 9 anos) por violência segundo relação com o agressor das vítimas no Brasil.

Relação com a vítima	Número	Porcentagem (%)
Pai	1.066	18,1
Mãe	1.362	23,1
Padrasto	509	8,7
Madrasta	52	0,9
Irmão	153	2,6
Amigo/conhecido	1.154	19,6
Desconhecido	336	5,7
Outros	1.252	21,3
Total	5.884	100,0
Pais	2.989	50,8

Fonte: BRASIL. Mapa da violência. CEBELA, 2012, p. 68⁶.

Além disso, Guerra e Romeira (2009) declaram ainda que a identificação da negligência é bem complexa, uma vez que a falta de condições de prover atenção e cuidado, geralmente, encontra-se próximo ao estado de pobreza e de exclusão social.

As consequências advindas da negligência, podem envolver a falta ou falha em prover uma alimentação adequada, atraso nas vacinas, perda de documentos, deixar a criança sozinha ou fora da escola (DAY, *et. al.*, 2003). Esse tipo de atitude possivelmente provoca comportamentos de insegurança, como também problemas de risco social na escola e na vida adulta da vítima.

Já a violência sexual, como pode ser observado no quadro 3, soma o maior número de atendimentos no SUS (30,3%), a crianças entre 5 a 9 anos de idade. Esse tipo de violência caracteriza-se como:

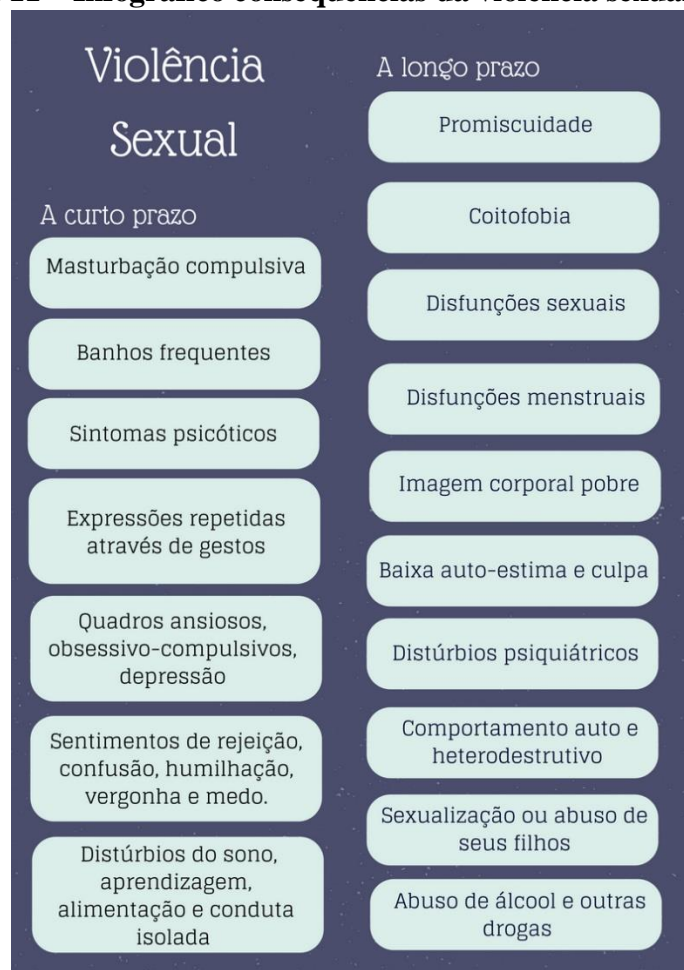
⁶Disponível em:

<http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf> Acesso em: 20 mai. 2018.

[...] toda situação na qual um ou mais adultos, do mesmo sexo ou não, utilizam a criança ou adolescente com a finalidade de obter prazer sexual. Tal ato pode incluir desde conversas ou telefonemas obscenos, passando por exibição dos órgãos sexuais, até relações sexuais impostas (vaginais, anais ou orais). (MAIA; WILLIAMS, 2005, p. 95).

É comum que os agressores utilizem da força física, influências psicológicas ou o uso de armas e/ou drogas, para a concretização da violência sexual. Sendo assim, frequentemente, “[...] a vítima é responsabilizada, acusada pelo ato cometido pelo agressor que ocasiona, intensifica, potencializa mais o pacto de silêncio entre a vítima e o agressor.” (GUERRA; ROMEIRA, 2009, p. 8). As ações que perpassam essa forma de violência doméstica vão desde carícias, a olhares perturbadores, até delitos de extrema violência e morte. Além disso, esse tipo de violência configura-se como um ato de perversidade por parte do agressor, pois na maioria dos casos a violência sexual é cometida por pessoas próximas das vítimas (como pode ser observado no quadro 4), ou seja, que possuam algum vínculo afetivo com a criança ou adolescente, produzindo assim traumas físicos, psíquicos, e voltados também à área da saúde como doenças sexualmente transmitidas, gravidez entre outras. As consequências provocadas pela violência sexual podem ser observadas no quadro abaixo.

Figura 11 – Infográfico consequências da violência sexual infantil



Fonte: Elaboração própria (2018) baseada em Day, *et. al.* (2003)

Segundo Arpini, *et. al.* (2008), o ponto de partida para o enfrentamento da violência doméstica infantil é o rompimento do pacto de silêncio. O silêncio se configura como uma atitude bastante traumática para a vítima, visto que impossibilita a elaboração e/ou a saída da situação. Por esse motivo, a revelação da violência sofrida pela criança configura-se como um processo difícil. Contar para alguém, em quem confia, sobre seu sofrimento é o primeiro passo que a vítima toma, como uma possibilidade de saída desse estado. Porém, é importante destacar que a revelação da criança não implica na saída da situação de violência, nem até mesmo na notificação do caso.

Logo, saber ouvir o que a criança sinaliza para o adulto, como por exemplo o professor, é fundamental para uma tomada de decisão e mudança desse estado de sofrimento em que se encontra a vítima. Além disso, se faz necessário romper com a

idealização e com sentimentos de temor de se colocar em questão a “sacralidade” de instituições como a família e a justiça. (ARPINI; *et. al.*, 2008).

5.1 Importância de se abordar o tema da a violência infantil na escola

Segundo Maia e Williams (2005), a violência doméstica é o fator que mais estimula crianças e adolescentes a saírem de seus lares e viverem nas ruas. Diante disso, Dessen e Polônia (2007, p. 22) afirmam que “(...) a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social.” Desse modo, destacamos a importância de se trabalhar esse conteúdo dentro das escolas e diante da sociedade como um todo, com o objetivo de prevenir esse tipo de atitude e de sensibilizar os agressores sobre o risco em que esse ato expõe a criança ou adolescente.

A escola, na maioria das vezes, é o local em que as crianças vítimas de violência, fazem a primeira revelação. Por isso, a escola desempenha um importante papel no enfrentamento desse problema. (ARPINI; *et. al.*, 2008). Por sua vez, o ECA torna obrigatório em seu artigo 13 que “os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.” (BRASIL, 1990). Os Conselhos Tutelares são órgãos municipalizados, que surgiram a partir do ECA. Tem como finalidade atuar de forma mais imediata, na garantia e defesa dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, quando estes são violados. Quanto a questões referentes às denúncias de violência doméstica, o Conselho Tutelar, tem poder de aplicar uma série de medidas, que vão desde orientações e apoio temporário às famílias até ações judiciais mais severas, para que possam, dessa forma, garantir a proteção da criança ou do adolescente. (MILANI; LOUREIRO, 2008). Além disso, essa mesma lei federal, em seu artigo 245, estabelece que:

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. (BRASIL, 1990).

Um dos principais motivos que levam os profissionais da educação a não notificar casos dessa natureza é o medo causado pela falta de sigilo profissional dos órgãos públicos que recebem a denúncia, já que esses profissionais, por vezes são expostos diante dos agressores. Dessa forma, muitos educadores se omitem diante da revelação feita pela criança vítima de violência, e com isso, acaba causando um sentimento de impotência, levando o professor a compactuar com os agressores na manutenção do pacto de silêncio. E mesmo quando o silêncio é quebrado, não, necessariamente há um cuidado adequado ao atendimento da vítima, nem tampouco se chega à punição dos responsáveis, ficando estes impunes de seus crimes. (ARPINI; *et. al.*, 2008). Nesse sentido, Arpini, *et. al.* (2008) lista como as principais razões para a não notificação de casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes:

- Falta de preparo profissional: a maioria dos cursos de graduação não preparam os estudantes para enfrentarem situações que envolva esses tipos de casos;
- Sigilo profissional: muitos profissionais se questionam se a notificação seria uma quebra do sigilo profissional;
- Transtornos legais: muitos profissionais têm receio quanto ao processo jurídico que está relacionado à notificação;
- Dificuldades específicas do próprio caso: geralmente a própria família não deseja notificar o caso, o que acaba dificultando o processo de notificação e gera certo desgaste emocional no profissional;
- Questões estruturais: relacionada, sobretudo, à atuação dos Conselhos Tutelares, visto que esses órgãos apresentam, em grande medida, uma infraestrutura precária, grande demanda de serviços entre outras dificuldades;
- Cultura familiar: na maioria das vezes, qualquer intervenção dentro do ambiente familiar é vista como intrusiva e ofensiva à autoridade dos responsáveis.

Sabendo dessas barreiras, destacamos que a discussão e o trabalho sobre a temática dentro das escolas é indispensável, uma vez que esse tipo de sofrimento precisa ser superado e essa realidade deve ser modificada para que, dessa forma, a criança ou o adolescente possa se desenvolver saudável e integralmente.

Posto isso, destaca-se a necessidade de se trabalhar a “escuta da revelação”, pois mediar tais situações não é tarefa fácil, uma vez que a notificação da violência doméstica afeta a todos, que de alguma forma, estão envolvidos nesse contexto. Além disso, a escola, por si só, não é capaz de transformar essa realidade de muitos de seus alunos. (ARPINI; *et. al.*, 2008).

Por esse motivo, ressalta-se que o trabalho interdisciplinar, com a finalidade de garantir os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, estabelecidos pelo ECA, é indispensável nos casos de violência infantil. Nesse sentido, é fundamental ações que envolvam órgãos de proteção à infância, os serviços de apoio à vítima, bem como a própria comunidade para que se possa intervir da melhor forma possível em tais casos.

6 PROPOSTA DE UM LIVRO DIGITAL INTERATIVO SOBRE A VIOLÊNCIA INFANTIL

O ensino fundamental em nosso país se inicia aos 6 anos de idade. Essa etapa da educação se divide em duas fases: inicial e final. Durante esse processo educativo, a problemática da violência pode ser abordada nas escolas por meio de temas transversais aos conteúdos curriculares obrigatórios, conforme estabelecido nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997):

[...] há outros temas diretamente relacionados com o exercício da cidadania, há questões **urgentes** que devem necessariamente ser tratadas, como a **violência**, a saúde, o uso dos recursos naturais, os preconceitos, que não têm sido diretamente contemplados por essas áreas. **Esses temas devem ser tratados pela escola, ocupando o mesmo lugar de importância** (BRASIL, 1997, p. 23, grifo nosso).

Além disso, nesse período da vida das crianças, elas devem vivenciar novas formas de ler o mundo e ter a possibilidade de formular hipóteses sobre os fenômenos sociais, construindo assim a compreensão de si e a relação com o outro. Nesse sentido, podemos observar que a Base Nacional Comum Curricular (2017) defende que a educação escolar deve propiciar:

[...] uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola (BRASIL, 2017, p. 59).

Levando em consideração os conceitos trazidos anteriormente, elaboramos uma proposta de livro digital interativo infantil, preferencialmente voltado para crianças de 6 a 8 anos de idade, que tem como tema a violência doméstica contra crianças e adolescentes. Nessa faixa etária, a criança deve estar matriculada entre o 1º e o 3º ano do ensino fundamental.

A escolha por esse tema se deu pela relevância social do conteúdo, tendo em vista a situação de vulnerabilidade das crianças e dos adolescentes em nosso país. Um tema delicado e de difícil abordagem pedagógica pela escola e pela sociedade como um todo. Assim, esse livro objetiva informar, de modo apropriado e pedagógico, às crianças

sobre os perigos que elas mesmas correm e conscientizar as famílias de que essas atitudes são criminosas e abundantemente prejudiciais à vida das crianças que sofrem com esse tipo de violência.

Além disso, a autora dessa monografia pôde vivenciar casos de violência contra a criança e o adolescente, durante o transcurso de seu Estágio Supervisionado Não Obrigatório no Fórum da Infância e Juventude, da cidade de João Pessoa-PB. Foi dessa experiência que surgiu o interesse em se aprofundar no estudo do tema e na reflexão pedagógica sobre como integrá-lo ao currículo escolar.

Nesse sentido, o primeiro passo para este trabalho acadêmico foi pesquisar e analisar livros infantil, a fim de identificar as características desse tipo de literatura. Foi nesse estágio que se desenvolveu a fase de análise do *design* instrucional, ou seja, que definimos os objetivos educacionais do projeto, o público-alvo e o contexto de aprendizagem. Nessa primeira etapa, observamos que esse tipo de livro é bastante ilustrativo e com pouco texto. O maior desafio que encontramos foi o de articular soluções que fossem viáveis para que o livro pudesse ser produzido.

Através de nossas pesquisas, encontramos apenas um livro que abordava a temática da violência sexual de forma simples para as crianças, esse livro é intitulado “A Mão Boa e a Mão Boba”, a figura 12 ilustra a capa desse livro.

Figura 12 – Capa do livro sobre violência sexual infantil



Fonte: *Google Imagens*⁷

⁷ Disponível em:

<

EMRICH, Renata. **A mão boa e a mão boba**. Belo Horizonte: Ramalhete, 2016.

O segundo passo, foi a produção do roteiro que fundamentou o livro. É importante destacar que essa etapa sofreu diversas alterações para que o conteúdo do livro pudesse ser adequado à faixa etária a qual ele é destinado e também para que ele tivesse qualidade pedagógica. Foi nesse estágio que desenvolvemos a fase de *design*, a qual tivemos que adaptar a linguagem para que fosse alcançado os objetivos de aprendizagem. Essa foi a fase mais desafiadora durante o projeto, pois foi nessa etapa que precisamos desenvolver um número maior de decisões, escolhendo e definindo o que seria mais adequado para a execução e realização dos passos seguintes.

Segue abaixo o roteiro no qual se baseia a proposta do livro.

Quadro 5 - Roteiro para o conteúdo do livro digital interativo infantil

Pág.	Conteúdo	Recursos	Interatividade
2	Ficha catalográfica e ilustração da capa	Texto + ilustração	Em todas as páginas, é importante que haja leitor/narração de texto, para que as crianças cegas e as que ainda não conseguem ler também possam ter acesso ao livro.
3	Esta é a história de Lala e Leco. Mas, pode ser a história de qualquer menino ou menina.	Texto + ilustração	Surgimento dos personagens Lala e Leco.
4	Lala e Leco eram irmãos. E faziam tudo juntos! <ul style="list-style-type: none">• <i>Brincavam</i>• <i>Iam para a escola</i>	Texto + ilustração	Animação gráfica e som das ilustrações simulando estas atividades.
5	Mas, eles não eram felizes...	Texto + ilustração e tela escura	Som que simule algo triste.
6	Lá na casa deles, aconteciam coisas que não eram legais:	Texto + tela escura	Som que simule algo triste.
7	<ul style="list-style-type: none">• <i>Violência Física</i>• <i>Violência Psicológica</i>• <i>Negligência</i>	Ilustração	<i>Link</i> do vídeo: Turma da Mônica violência infantil.
8	Lala e Leco ficavam tristes quando essas coisas aconteciam.	Texto + ilustração	Lala e Leco chorando + Som que simule algo triste.
9	Um dia... Lindalva, a professora de Lala e de Leco, notou que havia algo errado com eles.	Texto + ilustração	Animação gráfica simulando as crianças com a professora.

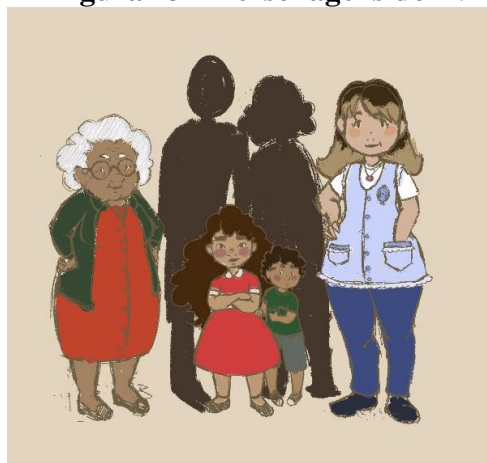
10	A professora Lindalva resolveu conversar com os dois e eles contaram tudo o que estava acontecendo em sua casa para a professora.	Texto + ilustração	Animação gráfica das ilustrações simulando a cena.
11	Ela resolveu ajudar Lala e Leco...	Texto + ilustração	Surgimento de vários pontos de interrogações e das frases: “como ela vai fazer isso?”; “o que vai acontecer com Lala e Leco?”; “vamos descobrir?”
12	A professora Lindalva foi até o Conselho Tutelar, onde trabalham pessoas que ajudam as crianças que sofrem esses problemas. As pessoas que trabalham lá conversaram com Lala e Leco e os levaram para morar com sua avó.	Texto + ilustração	Animação gráfica das ilustrações simulando a cena.
13	Na casa da vovó, tudo era diferente. Lá era muito legal. Eles tinham hora certa para tudo: pra brincar, pra fazer o dever de casa, pra dormir e pra comer.	Texto + ilustração	Animação gráfica das ilustrações simulando a cena.
14	Mas, Lala e Leco ainda não estavam felizes. Porque, apesar de eles gostarem de morar com sua avó, eles queriam voltar para a casa deles.	Texto + ilustração	Som que simule algo triste.
15	Então, a avó explicou que eles só poderiam voltar para lá se aquelas coisas ruins deixassem de acontecer. Por isso, foi preciso que seus pais frequentassem um lugar bem legal, onde eles podiam conversar com a psicóloga e falar tudo o que seu coração quisesse.	Texto + ilustração	Animação gráfica das ilustrações simulando a cena.
16	<ul style="list-style-type: none"> • Pais fazendo terapia 	ilustração	Link do vídeo: o que é psicoterapia
17	Depois que os pais de Lala e Leco aprenderam sobre como eles poderiam cuidar e educar os seus filhos com amor, as crianças puderam voltar para casa, porque agora aquelas coisas ruins não iriam mais acontecer.	Texto + ilustração	Animação gráfica das ilustrações simulando a cena.
18	No Brasil, existe um livro que fala dos direitos das crianças. Lá está escrito tudo o que uma criança precisa ter para crescer feliz. O nome desse livro é Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).	Texto	Link do ECA

	Veja uma das coisas que está escrito nele: Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de Negligência, Discriminação, Exploração, Violência, Crueldade e Opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.		
19	Você gostaria de ler esse livro? Lala e Leco leram esse livro na escola, com os colegas e a professora Lindalva, que conversou com eles sobre o que foram lendo no livro. Eles ficaram sabendo que quando não estão se sentindo seguros e felizes, podem falar com pessoas como a professora Lindalva, e em locais como o Conselho Tutelar.		Animação gráfica simulando a cena.

Fonte: Elaboração Própria (2018)

O terceiro passo foi a elaboração das ilustrações juntamente com a ilustradora Carol Bernardini, estudante do Curso de Mídias Digitais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Nessa etapa, a autora respondeu a um questionário (anexo), cujo objetivo era identificar as características principais de cada um dos personagens da história. Com base nas informações coletadas, foram produzidas as primeiras imagens dos personagens. Destacamos que essa etapa ainda faz parte da fase de design e nela reunimos as informações do roteiro elaborado com as ilustrações que deveriam ser produzidas pela profissional responsável por esse trabalho.

Figura 13 – Personagens do livro



Ilustradora: BERNARDINI, Carol (2018).

Definidos os personagens, começou a produção das cenas do livro. Primeiro, foi feito um esboço das cenas iniciais, como pode ser observado na figura abaixo:

Figura 14 – Esboço das cenas iniciais do livro



Fonte: BERNARDINI, Carol (2018)

Depois disso, essas imagens ganharam cor.

Figura 15 – Primeiras cenas do livro



Fonte: BERNARDINI, Carol (2018)

Por fim, foi feita a montagem do livro na plataforma digital ISSUU⁸, produzindo assim, a fase de desenvolvimento do DI. Essa plataforma não permite a inserção dos recursos interativos previstos para o livro. Mas, foi possível criar um protótipo⁹ inicial do livro digital para o acesso durante a apresentação dos resultados dessa pesquisa à banca examinadora e ao público presente. A produção das demais cenas do livro

⁸ Disponível em: <<https://issuu.com/home/publisher>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

⁹ Disponível em: <<https://issuu.com/dianamaria88/docs/prototipo-livro>>.

encontra-se em processo de construção pela autora e pela ilustradora. Além disso, as fases de implementação e de avaliação do *design* instrucional ainda não puderam ser executadas durante essa monografia.

Diante do exposto, pode-se destacar a vasta produção científica existente que discute a violência infantil. Mas, esses estudos precisam ser traduzidos em uma linguagem apropriada e pedagógica para as crianças, visto que esse é um assunto de difícil abordagem, dadas as suas características. Nesse sentido, a produção e disponibilização pública do livro proposto pretende contribuir com a discussão do tema não apenas na escola, como também, na sociedade em geral.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o surgimento dos livros digitais, o livro impresso deixa de ser o único elemento de busca de conteúdos informacionais. Além da versão digital, esses livros podem apresentar características ainda mais interativas, definindo-se por livro digital interativo. Esses livros fornecem ao leitor um número maior de recursos de mídia. Destacamos a importância de se trabalhar com materiais como o livro digital interativo, uma vez que esses objetos de aprendizagem proporcionam maior interesse nas crianças, como também facilitam a percepção e apreensão dos conteúdos.

Além disso, analisamos que a produção de livros na perspectiva do *design* instrucional possibilita a incorporação de mecanismos de flexibilização e personalização tanto do ensino quanto dos materiais didáticos, auxiliando assim o processo de ensino-aprendizagem, incentivando a curiosidade e a reflexão dos conteúdos.

Nesse sentido, ao propormos um livro digital interativo infantil, seguimos as fases de desenvolvimento abordadas pelo *design* instrucional, para que dessa forma pudéssemos fornecer um produto adequado ao público alvo da produção.

O livro proposto apresenta grande relevância social, pois o tema da violência doméstica infantil ainda é uma realidade de várias crianças de nosso país. Além disso, é um tema que precisa ser discutido e trabalhado pela escola e pela sociedade como um todo.

Desse modo, o objetivo geral deste trabalho foi analisar a influência do *design* instrucional na produção de um livro digital interativo infantil, que tem como tema a violência doméstica infantil. Para isso, fez-se necessário atender aos objetivos específicos de: Conhecer o conceito e as características de um livro digital interativo infantil e seu papel dentro da escola; Identificar a importância do *design* instrucional na produção de um livro digital interativo; Analisar a importância de se trabalhar a violência dentro da escola; Apresentar os diferentes tipos de violência sofridos pelas crianças, e assim transformar esse conhecimento acessível para as próprias crianças, através do planejamento e proposta de um livro digital interativo infantil.

Como fruto desta pesquisa, espera-se oferecer contribuições para a reflexão teórica e para a prática educativa no campo da Pedagogia, apresentando para os professores em formação e em exercício profissional, a importância de se trabalhar com materiais diferenciados em sala de aula, assim como, discutir temas como a violência

doméstica infantil, que muitos de seus alunos podem estar sendo vítimas desse tipo de agressão. Por consequência, o livro proposto, busca colaborar com essa prática e iniciar a discussão sobre o tema na escola.

Considerando-se a temática abordada de extrema importância, julga-se relevante a continuidade deste trabalho para que as pesquisas futuras possam ser ainda mais especializadas e que permitam a produção do livro e sua publicização na internet e nas redes públicas de ensino, pelo menos, na Paraíba.

Para aprofundar o tema, poder-se-ia propor uma pesquisa-ação com crianças na faixa etária público alvo desta pesquisa para a análise mais crítica e especializada dos elementos do *design* instrucional aplicados na produção do livro, como também, sobre a percepção das crianças acerca do conteúdo do livro digital interativo infantil. Assim, seria possível sugerir modificações no design instrucional e/ou no conteúdo abordado e avaliar a qualidade do livro com mais minúcias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Filipe Carvalho de. **O livro digital como processo hipermediático** [recurso eletrônico]. João Pessoa: Marca da Fantasia, 2016. Disponível em: <http://www.insite.pro.br/elivre/livro_digital_filipe.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2017.

ALMEIDA, Filipe; NICOLAU, Marcos. A reconfiguração do livro didático em versão digital: uma ideia de sustentabilidade. **Revista Temática**, Ano IX, n. 01 – Jan./2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/21930/12054>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ARPINI, Dorian Mônica; SOARES, Adriane Cristine Oss-Emer; BERTÊ, Lidiane; FORNO, Cristiano Dal. A revelação e a notificação das situações de violência contra a infância e a adolescência. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 95-112, dez. 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v14n2/v14n2a07.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 496 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 09 maio 2018.

_____. Lei de nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília-DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 09 maio 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, SEB, dez. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 09 maio 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 146p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2018.

_____. **Mapa da violência**. CEBELA, 2012. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Criancas_e_Adolescentes.pdf>. Acesso em: maio 2018.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 2000.

COUTINHO, Solange Galvão; LOPES, Maria Teresa. **Design para educação: uma possível contribuição para o ensino fundamental brasileiro**. 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/236681984_Design_para_educacao_uma_po>

ssivel_contribuicao_para_o_ensino_fundamental_brasileiro>. Acesso em: 05 de abr. de 2018.

DAY, Vivian Peres; TELLES, Lisieux Elaine de Borba; ZORATTO, Pedro Henrique; AZAMBUJA, Maria Regina Fay de; MACHADO, Denise Arlete; SILVEIRA, Marisa Braz; DEBIAGGI, Moema; REIS, Maria da Graça; CARDOSO, Rogério Göettert; BLANK, Paulo. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria**. RS, v. 25, n. 1, p. 9-21, abril 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, v. 17, n. 36, p. 21-32. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>>. Acesso em: 02 de jan. de 2018.

FERREIRA, Kátia Maria Maia. Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes: nossa realidade. In: SILVA, Lygia Maria Pereira da. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**. Recife: EDUPE, 2002. cap. 1

FILATRO, Andrea. **Design instrucional contextualizado: educação e tecnologia**. 3ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

FILATRO, Andrea; CAIRO, Sabrina. **Produção de conteúdos educacionais**. São Paulo: Saraiva, 2015.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de Pais contra Filhos: a tragédia revisitada**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GUERRA, Gisele Molina Sapia Almeida; ROMEIRA, Valderês Maria. **Violência intrafamiliar contra criança e adolescente: um caso de polícia?** 2009. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2020/2169>>. Acesso em: 12 de nov. de 2017.

KUPSTAS, Maria Tereza Arruda; CAMPOS, Marcia. **Literatura, arte e cultura**. São Paulo: Ática, 1988.

MAIA, Joviane Marcondelli Dias; WILLIAMS, Lucia Cavalcanti de Albuquerque. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. **Temas em Psicologia**. v. 13, n. 2, p. 91-103. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X200500020002>. Acesso em: 12 de dez. de 2017.

MILANI, Rute Grossi; LOUREIRO, Sonia Regina. Famílias e violência doméstica: condições psicossociais pós ações do conselho tutelar. **Psicologia Ciência e Profissão**. SP. v. 28, n. 1, p. 50-67. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141498932008000100005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 03 de maio de 2018.

NUNES, Ingrid Kleist Clark. **Projeto Instrucional**: sua relevância no desenvolvimento de Objetos de Ensino-Aprendizagem. 2008. 321 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92061/252135.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 09 de maio de 2018.

RONCARELLI, Dóris; MOTTER, Rose Maria Belim; OBREGON, Rosane De Fatima Antunes; CATAPAN, Araci Hack; CYBIS, Alice. **Desafios e perspectivas do design instrucional: contexto sócio-técnico, saberes e abordagens pedagógicas**. 2010.

Disponível em:

<http://cacphp.unioeste.br/eventos/iisnel/cd_iisnell/pages/simposios/simposio%2005/desafios%20e%20perspectivas%20do%20design%20instrucional%20contexto%20sociotecnico%20saberes%20e%20abordagens%20pedagogicas.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2018.

SILVEIRA, Sidnei Renato; CANDOTTI, Clarissa Tarragô; FALKEMBACH, Gilse Morgental; GELLER, Marlise. Aplicação de Aspectos de Design Instrucional na Elaboração de Materiais Didáticos Digitais para Educação a Distância. **Revista D: design, educação, sociedade e sustentabilidade**. v. 3, n. 1, p. 71-90, 2011. Disponível em:

<[https://seer.uniritter.edu.br/index.php?journal=revistadesign&page=article&op=viewFile&path\[\]=416&path\[\]=258](https://seer.uniritter.edu.br/index.php?journal=revistadesign&page=article&op=viewFile&path[]=416&path[]=258)> Acesso em: 02 de mar. de 2018.

SOARES, Gisele Rodrigues; FLORES, Maria Luiza Rodrigues. “Desemparedar” na educação infantil: o que dizem a literatura e os documentos curriculares nacionais sobre o uso das áreas externas. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (Org.). **Para pensar a educação infantil em tempos de retrocessos**: lutamos pela educação infantil. Porto Alegre: Evangraf, 2017. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/einaroda/wp-content/uploads/2017/04/Ebook-Para-Pensar-a-Educac%CC%A7a%CC%83o-Infantil-Lutamos.pdf>>. Acesso em: 09 de maio de 2018.

TEIXEIRA, Deglaucy J.; GONÇALVES, Berenice S. Ebook interativo de histórias infantis: a potencialidade expressiva das narrativas digitais. In: **1º congresso internacional de novas narrativas: encontro de narrativas de comunicações e artes** Grupo de Estudos de Novas Narrativas (Organização) – São Paulo: ECA/USP, 2015. Disponível em:

<http://www.academia.edu/15763825/Ebook_interativo_de_hist%C3%B3rias_infantis_a_potencialidade_expressiva_das_narrativas_digitais_Childrens_Interactive_ebook_the_expressive_potential_of_digital_storytelling>. Acesso em: 30 de janeiro de 2018.

TRACTENBERG, Régis. **A origem histórica do design instrucional**. Curso teoria e prática do *design* instrucional. 2016a

_____. **O design instrucional e suas etapas**. Curso teoria e prática do *design* instrucional. 2016b

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Organizadores Michael Cole... [et al.]; tradução José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANEXO

QUESTIONÁRIO DE CADA PERSONAGEM

- 1) Quem é o personagem?
- 2) Do que ele/ela gosta?
- 3) Qual a característica mais forte da sua personalidade? (Orgulhoso, bondoso, cauteloso, assustado, protetor, curioso, etc - se mais de uma característica fizer com que a imagem do personagem fique mais clara sinta-se livre para usar quantas quiser)
- 4) Que cores e estilos o personagem mais gosta em suas roupas?
- 5) Existe alguma característica marcante física no personagem?
- 6) Se existe alguma fotografia que em sua visão se assemelhe a aparência do personagem sinta-se livre para compartilha-la aqui.

- ❖ Lala (8 anos): é serelepe, falante, protetora e criativa; gosta de contar histórias, de dançar e de brincar com seu irmão com seus brinquedos (tipo carrinho e legos). Gosta de usar vestido e suas cores favoritas são azul e vermelho. Como característica física marcante eu penso apenas em cabelos longos.
- ❖ Leco (6 anos): tímido, observador e assustado; gosta de brincar e vive grudado com sua irmã. Sua cor favorita é verde. Penso nesse personagem parecido com o do livro “a mão boa e a mão boba” sendo que a pele mais escura e os cabelos enrolados.
- ❖ Professora (uns 40 anos): bondosa, cuidadosa e atenciosa. Imagino ela usando esse tipo de avental.



- ❖ Avó: protetora, falante e de personalidade forte. Referente a aparência penso ela com cabelo branco, baixinha.
- ❖ Pais: nas cenas em que aparecem os pais eu penso em não mostrar a fisionomia, apenas mostrar a sombra de um adulto.